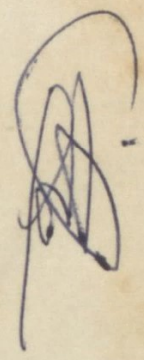


2,000

A Biblioteca Professor
Egídio Turchi, oferecida a

Antônia
Pimenta, 17/XI/1968

Paulo Branco Pimenta



2.000
X

LENA FERREIRA COSTA

Uma Família
na História

197101 4345

G929.2 COS /fam



1000048156

Monografia sobre a família

Castello Branco

929.2

COS

fam

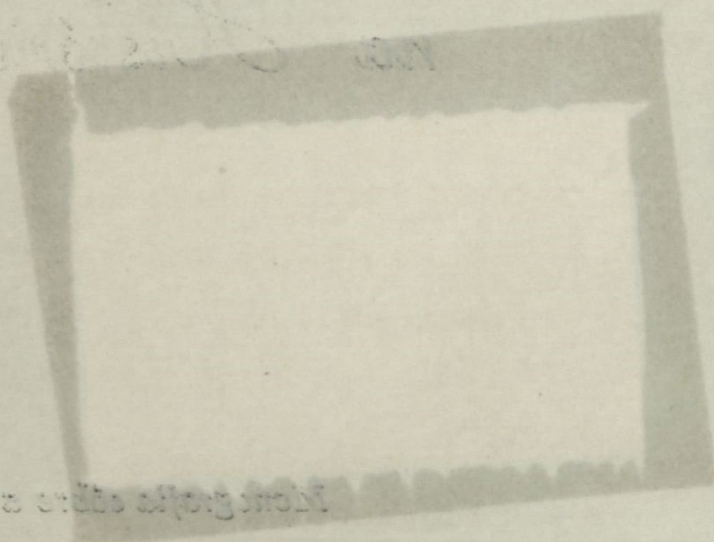
1967

U.F. C.	
BIBLIOTECA CENTRAL	
CÓD.	B.C.
Nº.	4345/71
VALOR	3000
DATA	1971

2/88

02/00

07/88



BIBLIOTECA	
Prof. Egidio Turchi	
de B.	4195-5
Prêço	
Data	22/11/67

UMA FAMÍLIA NA HISTÓRIA

Lena Ferreira Costa

*Professôra de História da Antiguidade e da
Idade Média na Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da Universidade
Federal de Goiás.*

Faculdade de Filosofia
-- UFG --
BIBLIOTECA
"Prof. Egidio Turchi"

AOS MEUS PAIS

Aos Parentes e Amigos

que me franquearam os seus arquivos e recordações e me
ampararam com sua generosidade e com o incentivo
da sua ajuda

Em especial, a Sua Excelência o Senhor Presidente da
República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco
o mais ilustre dos descendentes de D. Francisco da Cunha Castello
Branco, que me distinguiu com o seu aprêço a êste trabalho

Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás
Professor Doutor Jerônimo Geraldo de Queiroz
que possibilitou a edição desta monografia

a expressão do meu reconhecimento.

A AUTÔRA

BIBLIOGRAFIA

CASTELLO BRANCO, Estêvão Gonçalves, e Outros — Apontamentos Genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Branco, seus Ascendentes e Descendentes.

COSTA, A. Pereira da — Cronologia Histórica do Estado do Piauí.
CASTELLO BRANCO, Miguel de Souza Borges Leal — Piauyenses Ilustres

FIDIÉ, Brigadeiro — Vária Fortuna de Um Soldado Portuguez

LIMA, SOBRINHO, Barbosa — O Desbravamento do Piauí.

CASTELLO BRANCO, Eudoro de Carvalho — A Lyra Sertaneja

CASTELLO BRANCO, Heitor — O Barão de Castello Branco

CASTELLO BRANCO, Theodoro de Carvalho e Silva — A Harpa Sertaneja

CASTELLO BRANCO, Cristino — Frases e Notas

CASTELLO BRANCO, J. Sampaio, Padre — O Padre Deve Ser Casado?

CASTELLO BRANCO, A. J. Sampaio, Doutor — A General Description of Piauí

CASTELLO BRANCO, Cristino — Vultos que Iluminam

RIBEIRO, Coriolano Pinto, e Outros — Joaquina do Pompéu

BARRETO, Abílio — Memória Histórica e Descritiva

CERQUEIRA, Dionízio — Reminiscências da Guerra do Paraguai

CASTELLO BRANCO, Domingos Pacífico — Em Defesa da Memória do Cel. Pacífico da Silva Castello Branco, por seu filho.

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO — Anuário — n.º 2

ANUÁRIO GENEALÓGICO BRASILEIRO — Diversos

REVISTA BRASILEIRA DE GENEALOGIA — Diversas

Artigos esparsos de LIMA RODRIGUES, BERILO NEVES e Outros.

Também foram compulsados diários de família, cartas, cartas patentes, cartas de sesmarias, contas-correntes, inventários, e outros documentos referentes a diversos ramos da família Castello Branco.

Esta é a história de uma família, através de alguns de seus membros. Uma família que se radicou no Brasil há quase 300 anos, e que o vem servindo, com seus magistrados e militares, médicos e fazendeiros, professores, comerciantes, engenheiros, e suas mulheres, quase sempre longevas e pacientes. É uma história que, praticamente, perde-se nas brumas do tempo. As mais velhas crônicas de Portugal falam nos fidalgos de Castello Branco, cidade da qual Vasco Paes tomou o apelido, no reinado de Afonso IV. De seus descendentes, sabe-se que, fundindo-se à casa dos Cunha, tornaram-se condes de Pombeiro. A antiga tradição militar da família que, ainda em Portugal e a serviço d'El Rey, participou de jornadas históricas, tais como a de Tânger (1553) e Alcácer Kibir (1578), continua em seus descendentes no Brasil. Há, atualmente, oito generais Castello Branco no exército brasileiro. Caracterizando-se por acentuado intelectualismo, este clã numeroso tem, como uma constante em suas tradições, o devotamento à Pátria. Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, um dos chefes da Revolução de 31 de Março de 1964, foi elevado à Presidência da República, pela primeira vez um descendente de D. Francisco da Cunha Castello Branco veio a ocupar a mais alta magistratura da República.

Aqui, será narrada a história de vários descendentes deste mesmo D. Francisco da Cunha Castello Branco, fidalgo português que se deslocou para o Brasil, em fins do século XVII. É a história de uma família intimamente ligada à própria História. Revivendo alguns dos antepassados diretos ou colaterais do Sr. Presidente da República, estaremos evocando os momentos cruciais em que eles forjaram a sua fé e o seu amor à Pátria.

I

A família Castello Branco, que hoje se espalha por todo o Brasil, tem suas origens em Portugal e, mais especificamente, na Casa de Pombeiro.

Por volta do ano de 1690, o Capitão de Infantaria Dom Francisco da Cunha Castello Branco, que já exercera na Côrte a função de Tesoureiro Real, foi designado por El-Rei D. Pedro II, o Pacífico, para servir no Brasil, primeiramente em Pernambuco e depois no Maranhão, para onde se trasladou com tôda a sua família — a espôsa D. Maria Eugênia de Mesquita e três filhas menores.

Dizem os cronistas da época que as costas maranhenses eram, então, infestadas por franceses e flamengos. Em 1641 um certo Elias Herckmans comandara uma expedição e enviara relatório a Nassau, especificando detalhes acêrca do litoral do Meio-Norte. A partir de então, as naus flamengas aventuravam-se freqüentemente na região, e “buscavam os tapuias demonstrando interêsses de muito âmbar e preciosas madeiras”. Os índios da região, por sua vez, quando sucedia a algum navio naufragar “nas vizinhanças da sua vivenda”, serviam a “brutalidade da sua gula” nas “vidas inocentes dos pobres náufragos”.

Considerava-se, naqueles tempos remotos, uma temeridade o desembarque nas cercanias da ilha de São Luis. Quando os primeiros colonos destinados à Capitania do Maranhão tentaram ali aportar, sob o comando do Donatário Ayres da Cunha, foram vítimas das águas traiçoeiras, e poucos foram os sobreviventes do naufrágio, que ocorreu nas proximidades da ilha do Mêdo. Cêrca de um século e meio mais tarde, também soçobrou a náu em que viajavam Dom Francisco da Cunha Castello Branco e sua família. D. Maria Eugênia de Mesquita desapareceu, mas Dom Francisco e as três meninas — Ana, Maria do Monte Serrate e Clara — conseguiram escapar com vida.

O fidalgo português, porém, perdera todos seus haveres no desastre e, agora reduzido a extrema pobreza, viu-se na contingência de reconstruir sua vida familiar e sua fortuna.

No Maranhão, casou-se como uma senhora cujo nome as crônicas não relatam, e pouco depois transferiu-se para terras da futura província de São José do Piauí, há pouco tempo desbravada por sertanistas de São Paulo, Bahia e Pernambuco.

Foi a partir de 1662 que o bandeirante Domingos Jorge Velho começou a penetrar pelo Sul do Piauí e, avançando rumo ao Norte, aí chegou a fundar 50 fazendas de gado. Tais fazendas, aliás, foram oficialmente confirmadas na posse de sua viúva, após a dispersão dos Palmares em 1667, para onde Domingos Jorge Velho partira com "80 homens brancos e 1.300 arcas do seu gentio" do Piauí.

Seguiram-no, cronologicamente, entradas da Casa da Torre de Garcia d'Avila e de Domingos Afonso Mafrense, que fundou, entre outras, a feitoria e mais tarde aldeia de Cabrobó, depois Vila da Môcha e Oeiras, a primeira capital da Província.

Inaugurava-se o "ciclo do couro" da civilização brasileira. Corriam notícias da excelência das pastagens de além Parnaíba — o rio assim batizado por Domingos Jorge Velho, em lembrança da sua cidade de Santana do Parnaíba, às margens do Tietê. Efetivamente, das barrancas do grande rio nordestino, e em direção ao Leste, sobem degraus que levam a uma chapada de beleza invulgar. Carnaúbas, tucuns, oiticicas, formam silhuetas graciosas na planura dos campos; e quando o calor reverbera, tendo por fundo a majestade da Serra Grande, esplende o fenômeno raro das miragens. Em lagoas fantásticas, irreais, vê-se até o reflexo das palmas, agitando-se contra o céu translúcido.

Dom Francisco aí se deteve, e corajosamente empreendeu a tarefa de plantar fazendas e desenvolver a criação de gado, naqueles pastos generosos, na região em que se desenvolveria a futura Vila do Longá, mais tarde Santo Antônio do Seroby (ou Surubim), e finalmente Campo Maior.

Não deve ter sido fácil a vida do capitão português, naqueles tempos ásperos. O gentio atacava com freqüência; a distância e o isolamento exigiam que cada fazendeiro se bastasse a si mesmo. Os Taramambezes, Acaroazes, Gurguéas, Rodeleiros, eram índios rebeldes e bravios, que atacavam de surpresa os colonos e perpetravam ações cruéis — seqüestravam crianças, matavam, queima-

vam. Tribos isoladas não constituíam grande ameaça, porém quando em 1712 se uniram sob a chefia de um certo Mandu Lardino, "índio doméstico" foragido de Pernambuco onde freqüentara as missões jesuíticas, houve necessidade de os governantes moverem guerra ao "gentio de corço", o que se estendeu, oficialmente, até 1721.

Entrementes, em 1695 foi oficialmente decretada a separação do Piauí de Pernambuco, passando para a jurisdição do Maranhão; e em 1696, foi criada a freguezia da Môcha, depois Oeiras, sob o orago de Nossa Senhora das Vitórias.

Pouco a pouco, pela operosidade e pela perseverança, Dom Francisco foi acumulando cabedais consideráveis. Sua filha Ana casara-se com o Capitão Mor de São João da Parnaíba, João Gomes do Rêgo Barros; falecendo-lhe a espôsa, êste contraiu segundas núpcias com a cunhada, Maria do Monte Serrate, de quem houve numerosa descendência. A terceira filha de Dom Francisco, Clara, casou-se com o Comissário Geral da Cavalaria Manoel Carvalho de Almeida, e povoaram de crianças a velhice do capitão-fazendeiro.

Nas tardes encaloradas, haveria Dom Francisco de sentir a nostalgia dos verdes amenos de sua terra natal. Porém, mesmo agora que, à custa de trabalho vencera o duplo desafio da má sorte e da pobreza, como voltar a Portugal, quando o seu coração criara raízes junto ao rio Seroby, e germinara na terra dadivosa, pelas vergôntes da árvore da vida?

Vários descendentes de D. Francisco, a partir de 1720, requereram e obtiveram sesmarias, de preferência ao longo do rio Parnaíba, no seu curso médio e no delta. Ao lado da criação de gado, fôra ali introduzida a cultura do algodão, a partir de 1700; e na segunda metade do século XVIII, também a da cana de açúcar. Eram estas, porém, atividades subsidiárias, pois a pecuária continuou, por muitos anos ainda, a principal riqueza da região. Já em 1705, uma interessante carta do Governador Geral do Brasil a Garcia d'Avila e Domingos Afonso Mafrense, incentivava-os a venderem gado do Piauí na Bahia, garantindo-lhes o preço compensador de "um cruzado por arrôba"...

Dentre os netos do Capitão português, merece referência D. Maria Eugênia de Mesquita Castello Branco, filha de Manuel Carvalho de Almeida e D. Clara da Cunha e Silva Castello Branco. Era D. Eugênia, na apreciação de seus contemporâneos, “senhora viúva de notória nobreza e qualidades distintas”, vivendo em suas terras da Freguezia de Parnaguá, no ano de 1753.

O ouvidor da comarca do Piauí, bacharel José Marques da Fonseca, indo a Parnaguá em correição, por “empenhos e seduções” tratou com ela casamento. Sem pedir nem esperar licença régia, o que era determinado por lei, ganhando a afeição e favores do padre local, êste dispensou-lhes os proclamos e casou-os ocultamente.

Apesar do segredo mantido pelos nubentes, o escândalo veio à tona. O bacharel foi suspenso do cargo, devendo transmiti-lo ao juiz ordinário; porém, agora homem rico pelo casamento com quem possuía “muitas fazendas de gado” e, naturalmente, muitos agregados e escravos, José Marques da Fonseca tentou resistir às ordens do govêrno, armando “homens facciosos” para manter-se no cargo, “a qualquer preço”. Tôda uma companhia de infantaria foi deslocada para Parnaguá, a fim de fazer frente aos possíveis combatentes de Marques da Fonseca; êste preferiu fugir para a Bahia, e de lá, para Portugal. Sempre foragido, retornou ao Maranhão, pensando certamente em reunir-se à espôsa clandestina. Porém foi prêso, e recambiado para a prisão do Limoeiro, onde ficou até o fim de seus dias — vítima talvez do amor, talvez da ambição.

Este fato é, sem dúvida, curioso pelas implicações de cunho sociológico que encerra. A viúva fidalga e rica, amargando a solidão que lhe advinha de sua própria condição social; o bacharel-ouvidor, ambicioso e aventureiro. A inflexibilidade da lei, naquele mundo tão distante e tão diverso das Côrtes, onde o casamento de fidalgos era um ato de política; a leniência do padre provincial que resolveu atender aos apelos dos noivos, e apressar uma cerimônia que, legalmente, apenas seria possível dentro de pelo menos meio ano. Depois, o final triste do romance setecentista — as fugas do ouvidor, a sua volta, a sua prisão. Por trás de tudo isso, o cenário colonial dos escravos, servos, agregados, parentes dispostos a desafiar o poder central representado pelo Govêrno...

II

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 1765, Francisco Manoel e Belchior de Castello Branco requereram ao Juízo Ordinário e de Órfãos na Vila de Santo Antônio de Campo Maior, uma "Justificação de Fidalguia", baseada na nobreza de seus ascendentes. Esta "Justificação de Fidalguia" é documento interessantíssimo; os requerentes eram netos de D. Francisco da Cunha Castello Branco, e filhos também de D. Manoel Carvalho de Almeida e sua mulher, D. Clara da Cunha e Silva Castello Branco, terceira filha do Capitão português.

D. Clara e Dom Manoel residiam na fazenda denominada Boa Esperança, onde fizeram construir, em pagamento a uma promessa, uma igreja ligada à casa de moradia e dedicada a Nossa Senhora do Livramento. No dizer dos memorialistas da época, "casa e igreja eram de taipa", na falta de pedreiros e carpinteiros; porém, "a casa era assobradada e tinha grandes proporções". Na colônia, como na metrópole, era o "sobrado" uma afirmação de vida senhorial, o que aliás transparece em certos trechos relativos ao estilo de vida do pai dos justificantes, que fôra promovido, em 1715, pelo governo do Grão Pará e Maranhão, ao cargo de Comissário Geral de Cavalaria do Piauí.

Esta designação prende-se, evidentemente, às funções desempenhadas por Dom Manoel nas lutas contra o gentio que infestava a Capitania, desde as cabeceiras e até a barra do Rio Parnaíba.

A colonização do interior brasileiro teve, como regra geral, o sentido do avanço da civilização, a partir do litoral — exceto na Província de São José do Piauí, cujos primeiros desbravadores vieram pela Bahia, atravessando o rio São Francisco, e seguiram na direção Sul-Norte, avançando das caatingas, várzeas e campos para as brancas praias, cobertas de dunas e coqueirais. Por fôrça de tais circunstâncias, os índios tapuias, senhores da região, foram impelidos pelos conquistadores portugueses em direção ao mar. Algumas tribos, emigrando em sentido inverso, foram alojar-se no Norte de Goiás, onde fundaram a aldeia de São José do Duro. A maioria, porém, resistiu como pôde ao branco invasor; e os choques eram inevitáveis. Houve carnificina, lutas, verdadeiras batalhas sangrentas — e a insegurança era geral, por volta de 1712, nas fa-

zendas e feitorias do Piauí. Tornava-se necessário submeter os silvícolas — ou os portugueses, mamelucos e suas famílias deveriam retirar-se, e abandonar a obra civilizadora que haviam iniciado, com reais progressos.

A figura do índio Mandu Ladino avulta, então, como o líder do genço inconformado. As tribus acarozes, taramambés, gurguéas e outras menores reuniram-se sob a sua liderança, entrando em franca hostilidade contra os brancos. Mandu — corruptela de Ma — fôra batizado numa das missões jesuíticas de Pernambuco, de onde fugira, e, conhecedor dos brancos e dos seus métodos de guerra, transformou-se no chefe do “gentio de corço” no Piauí. A Mandu, os brancos atribuíram o cognome de “Ladino”, tais eram a sua esperteza e imaginação tática.

Com a patente de Mestre de Campo da conquista dos índios, foi encarregado de pôr fim às tropelias dos índios, Antônio da Cunha Souto Maior; êste, porém, logo morreu assassinado. Diz-nos a Justificação de Fidalguia dos Castello Branco que o marido de D. Clara acompanhava Souto Maior na sua arriscada missão, e quase perdeu também a vida no empreendimento.

Coube a D. Manoel Carvalho de Almeida, então, traçar a estratégia para o combate final aos índios de Mandu Ladino. Porém, conseguiu “envolvê-los e submetê-los”, “arriscando a própria vida”, segundo o testemunho de depoentes na Justificação; e, dizem os mesmos, “foram os seus conselhos incisivos de se atacar a batalha, e o seu valor, total causa de vencimento e inaudita destruição dos contrários”. Derrotado, Mandu Ladino morreu, ao tentar atravessar a nado, o rio Parnaíba.

D. Francisco, D. Manoel e D. Belchior obtiveram sentença favorável no seu pedido de “Justificação de Fidalguia”. E quais os motivos que levariam aquêles descendentes da casa dos Cunhas e dos Castellos Brancos a assim desejarem, oficialmente, o direito de ostentarem foros de nobreza? Vaidade? Vantagens pecuniárias?

Era, antes de tudo, uma questão de direito e de “status”; de real prestígio para tôda a família, que faria jus a sempre “gozar das prerrogativas dos seus ascendentes, tratando-se com cavalos na estrebaria, e pagens, e escravos...”

E, mais notável ainda se tornava tal apêgo às tradições da velha nobreza lusitana, quando verificamos que, duas das chamadas

“fazendas nacionais do Piauí”, herança do legado de Domingos Afonso Mafrense aos jesuitas de quem foram confiscadas — as fazendas Água Verde e São Romão — foram doadas respectivamente a Francisco da Cunha e Silva Castello Branco (o mesmo da “Justificação de Fidalguia”), e a João do Rêgo Castello Branco, pois tinham ambos “envelhecido paupérrimos no serviço do Estado”.

Este João do Rêgo Castello Branco, filho de D. Maria do Monte Serrate e de Dom João Gomes do Rêgo Barros, teve também atuação destacada na luta pela manutenção das fazendas e feitorias portuguesas no Nordeste, no século XVIII. Em 1751, já o Capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar, João do Rêgo Castello Branco empenhava-se em combater os Acaroazes, por ordem de Sua Majestade. Contudo, alimentando o sonho de encontrar minas de ouro, de que somente os índios dariam notícias por conhecerem perfeitamente a terra, João do Rêgo participou de inúmeras outras excursões contra os silvícolas. Em 1764, partiu de Oeiras comandando militares contra os Guerquezes ou Gurguéas, que se haviam sublevado. Vencendo-os, conseguiu aldeia-los no lugar que chamou São João de Sende, onde se conservaram sob sua direção. Alguns anos mais tarde, foi promovido de “capitão da conquista do Piauí” ao posto de Tenente Coronel Comandante do seu regimento.

Uma carta, endereçada ao diretor da aldeia de São João de Sende, em dezembro de 1767, revela-nos curiosos pormenores acerca dos gêneros que deviam ser entregues aos professores da escola dos índios. Ficava estabelecido que cada casal de índios deveria pagar, por ano, “um alqueire de farinha aos mestres”, limitando, porém, que “nunca mais de dois alqueires cada casal”, mesmo quando tiver mais de dois filhos freqüentando aulas. Na mesma correspondência, o Tenente Coronel João do Rêgo Castello Branco era instruído sobre como adquirir papel para as lições dos índios: “... fará Vmcê. prevenir pelo produto de negócio do comum da mesma povoação”. Depois de ter sido membro do Govêrno interino do Piauí de 1775 a 1779, o veterano Tenente Coronel foi novamente convocado a combater os índios Acaroazes, auxiliado em tal missão pelo seu filho Félix. A campanha contra os Acaroazes foi cruenta e ainda estimulada pela certeza de que, desta vez, encontrariam ouro no rio do Sorô. Tal esperança, porém, não se confirmou, e de todo o sangue que correu, mais as canseiras e desilusões, resultou

que os Acaroazes foram aldeados em São Gonçalo do Amarante. Ainda em 1776, "velho e quase cego", João do Rêgo novamente comandou uma entrada, em terras dos índios Pimenteiras, porém mais uma vez o pomo de ouro fugiu-lhe das mãos. Até 1784, durou a campanha, em que o Tenente Coronel teve como ajudantes seus filhos Félix e Antônio que, de 1792 a 1794, foi também membro da Junta do Govêrno do Piauí.

De tôdas as missões de que se desincumbiu, porém, aquela de que mais se orgulhava João do Rêgo Castello Branco, foi a sua nomeação para comandante geral das fôrças de defesa do litoral da capitania, após a declaração de guerra de Portugal a Espanha e França, em 1762.

Desde 1758, a Capitania do Piauí passara a ter vida administrativa independente. Sòmente em 1761 passou a denominar-se São José do Piauí, por imposição do Governador Pereira Caldas, que assim desejava homenagear D. José I, rei de Portugal; "porque dêste modo compreenderão mais fâcilmente os vindouros que o redentor dêste país foi el-Rei Dom José, o primeiro, nosso Senhor..." Também a vila da Môcha passou a chamar-se Oeiras do Piahy, em homenagem ao Conde de Oeiras, mais tarde marquês de Pombal, e influente ministro de D. José I. Em recenseamento a que se procedeu pouco depois, tinha a mesma freguesia de Oeiras "no distrito da cidade 270 fogos, com 1.120 habitantes, sendo 655 livres e 465 escravos..." Na vila de Campo Maior, a câmara reunida determinava que "um escravo não se poderá alugar por mais de 160 rs o dia, para serviço de enxada e machado", e que o preço de "um carro com todos os aparelhos, feitos a custa do mestre, é 20\$000; e não sendo, 18\$000". O Governador dirigia, então, carta ao Ministro de Ultramar, onde se lê: "Demais, neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação tem brancos, mulatos e prêtos, e todos, uns e outros, se tratam com recíproca igualdade..." o que bem pode levar o historiador a refletir nos fundamentos da democracia racial no Brasil.

Por esta época, o bispo do Maranhão Fr. Antônio de São José visitou o vasto território da sua diocese, percorrendo o Piauí até a distante vila de Parnaguá, e levando nesta peregrinação por ínvios caminhos, mais de um ano. Foi recebido festivamente pelos

cristãos, especialmente portugueses e seus descendentes. As capelas e igrejas floresciam — e, dentre elas, a de Nossa Senhora do Livramento.

Coube à irmã de Dom Francisco da Cunha Castello Branco — II do nome — a senhora D. Francisca de Monte Serrate Castello Branco, a herança da fazenda da Boa Esperança, porém com a condição de que toda a sua parentela, já então bastante numerosa, tivesse acesso à igreja, junto à qual surgiria, com o tempo, a cidade de Livramento, hoje José de Freitas. Foi este núcleo de irradiação de grande parte da família Castello Branco, que veio a tornar-se um dos principais elementos de colonização do Meio Norte, convertendo-se, não raro, em padrão de comportamento naqueles tempos heróicos.

Ligado à capela de Nossa Senhora do Livramento, está o vulto de Estêvão Lopes Castello Branco que, em começos do século XIX, completou a obra de reconstrução da mesma, iniciada pelo cônego Antônio Borges Leal Castello Branco. Com efeito, a antiga construção, ameaçando derruir, fôra em parte demolida por João Borges Leal, espôso de D. Clara, II deste nome, que era irmã da senhora de Boa Esperança. Falecendo-lhe o espôso antes de estarem concluídas as obras por êle iniciadas, D. Clara (II) mandou vir do Maranhão, onde estudava no seminário, seu filho Antônio Borges Leal. “Depois de haver pranteado com sua mãe a morte de seu caro Pae” foi o jovem seminarista ouvir a missa do Natal de 1759 na capela do Livramento, fazendo então o propósito de concluir os trabalhos iniciados pelo seu progenitor. Muitos anos porém, passaram-se, antes que, já no caráter de cônego da Sé da Bahia, Antônio Borges Leal mandasse para a fazenda Boa Esperança um pedreiro, “adiantando-lhe 60\$000, moeda forte, para as despesas de viagem”. Finalmente, foi concluída a reconstrução da capela, que, uma geração depois, apresentava-se necessitada de novos reparos — desta vez levados a cabo pelo Tenente Estêvão Lopes Castello Branco, grande criador e opulento fazendeiro, cuja propriedade legendária chamava-se “Contente”, e de quem se diz que, ao falecer, deixou a herança de 18.000 cabeças de gado e uma fortuna, em ouro e prata, avaliada em duzentos contos de réis.

Certa vez, Estevão Lopes Castello Branco teve de ausentar-se do Contente, por vários dias. Ali ficaram sua espôsa, D. Lina Rosa de Jesus, alguns dos seus 14 filhos, e vários agregados e escravos. Na varanda da casa-grande, rezava o seu rosário a senhora do Contente, enquanto contemplava o lento esmorecer da luz, no dia que findava. De um lado e do outro, campos a perder de vista; e terminados os serviços do dia, tudo era recolhimento e paz na fazenda. Foi quando, de repente, apontou ao longe uma nuvem de poeira. Seria Estêvão que voltava, a galope, em alucinada carreira? Cavalo e cavaleiro estacaram nos degraus do alpendre. Já no horizonte novos torvelinhos se formavam, e avançavam pela estrada solarenga. O primeiro dos homens apeou-se, meio morto de cansaço — e ajoelhou-se aos pés de D. Lina Rosa, pedindo que o homiziasse, que o escondesse, que o amparasse... E mal acabara de entrecortar algumas frases, outros homens invadiram o alpendre, e, sem mais palavra, degolavam a cabeça do suplicante, e mais uma vez se punham em marcha. Atônita, a espôsa de Dom Estevão mal criou que seus olhos enxergavam: o homem ajoelhado, o homem morto, a cabeça decepada sobre os tijolos ensanguentados, e o corpo inerte... Que homens eram aquêles? Os escravos e agregados foram chegando; os filhos, as mulheres. Um dosfeitores espumava de ódio diante de tal afronta à sua senhora, que se pusera a chorar e a orar pela alma da vítima. Ainda não se havia removido o sangue dos tijolos, ainda não se tinha enterrado o morto, quando Estêvão chegou — e, num assomo de cólera, deu ordem ao feitor que, impaciente, apenas a esperava para cumpri-la:

— Tragam-me êstes homens, vivos ou mortos!

Durante dias e noites a gente do Tenente Estêvão percorreu os mais escuros recônditos do sertão; palmilharam léguas ao redor, e finalmente voltaram: missão cumprida.

Diante do Tenente Estêvão, colocaram um saco de tecido grosseiro. Ele mal viu o fardo; estava ansioso por saber como se haviam portado os seus prepostos.

— Então, como se foram? — quis saber.

Como única resposta, o feitor sacudiu o saco de cuja abertura rolaram três cabeças decepadas. Horrorizado, o trineiro de Dom Francisco explodiu:

— Mas o que é isto? Quem deu tal ordem a vocês?

E o feitor, humildemente:

— Vosmecê disse que trouxesse “êles” vivos ou mortos. Vivos, êles não “havera” de vir. Mortos, os três inteiros, pesava demais. Então, nós só “trouxe” as cabeças...

O próprio Tenente Estêvão Lopes fez questão de que fôsse aberto inquérito, a respeito do assunto; e, assumindo a responsabilidade do triplo assassinato, foi a júri, sendo porém absolvido por unanimidade.

Esta é uma passagem que bem ilustra os caracteres feudais da sociedade e da vida, naqueles tempos. A necessidade de auto-defesa, nas fazendas, e os fracos laços que as ligavam ao poder provincial ou central, faziam ressurgir velhas instituições, que a Europa já então superara, como a servidão, o comitatus e a clientela, em versões caboclas. Aquela obediência cega, do fato que relatamos, é sem dúvida uma forma de expressar devotamento e participação na contrariedade da família do senhor, diante do gesto insólito. A religiosidade dominante, externava-se às vezes em credices abusivas. No ano de 1808, em 8 de agosto, pela manhã, um violento tremor de terra abalou o solo piauiense. Atribuiu-se geralmente tal ocorrência a um castigo divino: por terem algumas mulheres torrado, em brasas, uma menina pagã, para fazerem feitiçaria com as cinzas.

Como os barões feudais, os criadores mais abastados casavam seus filhos e filhas entre si. Data do período colonial o entrelaçamento das mais destacadas famílias piauienses: os Borges Leal, os Aguiar, os Feitosa, os Monte, os Lopes, os Almendra, os Gayoso, os Cruz Santos e os Rêgos formam ramos colaterais dos Castello Branco.

Também, assim como na Europa medieval realizavam-se justas entre cavaleiros, em demonstrações de agilidade, fôrça e destreza, no sertão piauiense formou-se a tradição das vaquejadas. “Vaqueiros” eram os filhos dos senhores e dos coronéis; “vaqueiros” eram homens destemidos, que exibiam garbo e sangue frio ao derubar “de cauda” a rês, e ostentavam com mais aprumo a vestimenta de couro: o gibão, a perneira, o guarda-peito, o mocó de pé e o elegante correiaador, que tem às vezes o cabo encaestado em prata,

bem como são também de prata, a espora e mais a cabeçada, o freio e o bridão dos animais de montaria.

A vaquejada é um evento típico da “civilização do couro”. Resulta, hoje como ontem, da pecuária de criação extensiva. É a vaquejada, basicamente, a caçada nos matos e campos, ao gado de uma fazenda, para reuni-lo em magote e conduzi-lo para os currais, onde vai ser beneficiado. Inicia-se o primeiro dia da vaquejada com suculento quebra-jejum, na varanda da casa-grande. Satisfeitos os estômagos, os vaqueiros partem para o campo, encourados, montados em seus melhores cavalos. Uns levam varas de ferrão; outros, cães amestrados. No ponto da busca, espalham-se os cavaleiros, à procura das rês: — aos mais velhos e às crianças, cabe a tarefa de vigiar o gado no arrodeador; aos mais destros e capazes, o trabalho de campear. Brados ecoam por todos os quadrantes; passam e repassam os campeiros, ao encalço dos animais. Entram no mato mais fechado, saltam valas, montam e desmontam com incrível agilidade. Se há um novillo em uma cava, o bom esperador, ferrão em punho, desengana o bruto. Se uma vaca espirra do arrodeador, o cabra de fama segura-a pelo rabo e faz a esquentada rolar pelo chão, uma porção de vês. Quando o arrodeador está “batendo chifre”, são horas de abalar o rebanho. Os vaqueiros tomam posição, à cabeceira da direita e da esquerda, e ao coice. O mais esperto será o guia. Estalam os estrôvos nas capas das selas. O aboio plange — e reboa e cresce, e a boiada põe-se em movimento.

Às vês, dá-se o estouro da vaquejada. Os animais, sem causa definida, precipitam-se atrás do guia; e aquêles corpos compactos rolam, despenham com estrondo, ameaçando tragar o homem, pisoteá-lo com centenas e milhares de patas. Mas o vaqueiro, que é rude mas também é valoroso e hábil, vence e doma o ímpeto selvagem do estouro. Os vaqueiros atalham ao longe o gado, de preferência num aberto; colocam-se em círculo e aboiam docemente. As rês, fatigadas da carreira louca, hipnotizadas pela dolência da toada, começam a rodar, a rodar, dentro do círculo dos vaqueiros; e lentamente volta o sossêgo à boiada, há pouco espavorida.

Já ao longe, avista-se o pátio da fazenda. No terreiro da casa estão as môças, filhas, irmãs, namoradas dos vaqueiros. Aparenta-se o gado; dispara um marruá façanhudo e, atrás dêle, rapazes afoitos esforçam-se por rabeá-lo primeiro. Há gritos de animação.

Cai o novilho; levanta-se e rola novamente pelo chão... Procede-se ao recolhimento do gado, nos currais e cerrados. Desmontados os cavalos, são êstes levados para a fonte, onde serão lavados e tratados.

A um convite do dono da casa, os vaqueiros acercam-se da grande mesa, servida pelas mulheres, orgulhosas das iguarias sertanejas que confeccionaram. Depois, vem a noite: as violas, as cantigas, os desafios e conversas. Finalmente, o sorço reparador nas rêdes convidativas.

Durante dias, o trabalho prossegue. E' preciso apartar o gado, beneficiá-lo, ferrá-lo. A destreza dos cabras é posta à prova, a cada momento. Agora, é a vez de laçar um garrote rebelde; os laçadores e os tangerinos formam um corredor, de cinco homens de cada lado. O vaqueiro chefe espicaça o novilho encantado e, a ferroadas, obriga-o a passar, em disparada. O laçador, além, abana a corda que, de pesada, zune no ar, em rodopio. E' a hora de atirar o laço — e a rês vai prêsa, em ambos os chifres. Um puxão violento derruba-a — depois, é só atá-la ao moirão, subjugada.

A "partilha" do gado é a recompensa dada ao vaqueiro, pelo seu penoso trabalho. De cada 4, ou 6, ou 8 cabeças, uma lhe é entregue, como pagamento. Às vêzes descontam-se as matalotagens de consumo e, de cada 10 rêses, o vaqueiro costuma entregar uma, para quitação do dízimo ou impostos. A escolha dos animais de partilha é feita entre novilhas e garrotes da mesma era e do mesmo sexo, ou pela livre escolha do vaqueiro (que é o lado mais fraco, no caso), ou pela sorte de dados numerados.

Para finalizar, a parte mais atraente da vaquejada, que é a dos novilhos arremetedores, criados especialmente para serem toureados pelos campeiros. A arma que êstes usam é uma pereira, vara flexível e resistente, com cêrca de 2,50 metros de comprimento. Na ponta da vara, vai inserido o espigão de um punhal de aço, de 20 cm. de comprimento, guardado em uma bainha de sola removível e graduável por anéis.

A tourada sertaneja começa — eis que um único novilho escava a terra, com ar feroz, no curral do meio. Dois valentes vão tourear juntos; saltam os moirões, brandindo as pereiras. Ferido uma vez, muitas vêzes, o novilho espadana sangue; tenta fugir, mas sente-se farpeado. E mugindo baixinho, raivoso, é derrubado, cas-

trado e passado para o curral da vaquejada. Bravos de todos os lados. O odor de sangue mistura-se à poeira, ao cheiro de suor, à inquietude de outro arremetedor, que empurram para a liça. E tudo recomeça, entre os aplausos da assistência e o destemor dos vaqueiros.

São realmente impressionantes e admiráveis as diversas fases da vaquejada: a perícia dos laçadores, a coragem e fôrça dos esperadores, a habilidade do guia, a memória precisa dos campeiros, a honestidade desta gente, sempre exata nas prestações de conta.

As vaquejadas ainda continuam a tradição dos tempos de antanho, e são celebradas da mesma forma de outrora, com pequenas variações. São belas, na sua rusticidade; são autênticas, na veracidade sertaneja dos costumes, das indumentárias, dos apetrechos, muitas vêzes notáveis pela riqueza artesanal que encerram. Bem expressam motivações de sadio regionalismo e sentimento nacional.

III

Quem viaja pela Estrada de Ferro Central do Piauí, partindo de Parnaíba com destino a Peri-Peri, chega a uma cidadezinha localizada em terrenos da antiga fazenda e sesmaria do Sítio. Trata-se de Piracuruca, fundada, na primeira metade do século XVIII, por dois bandeirantes portugueses que, aprisionados que foram pelos índios, prometeram a Nossa Senhora das Dôres que lhe consagrariam uma igreja, se recobrassem a liberdade. Ouvidas as suas preces, cumpriram fielmente o voto — e o templo que fizeram erguer é o mesmo que, ainda hoje, serve aos fiéis. É uma bela e majestosa igreja, armada, interna e externamente, de colunas de pedra lavrada, que formam na entrada um elegante peristilo. Em tôrno dêste santuário — como na maioria das vilas brasileiras — congregaram-se moradores, atraídos pela salubridade do clima e pelas vantagens oferecidas à pecuária pelos excelentes pastos das redondezas.

Como atração turística, Piracuruca tem, a 17 km a sudoeste, as chamadas Sete Cidades do Piauí, autêntica maravilha da natureza, transformadas em Parque Nacional, por decreto presidencial, em 1961. Há quem afirme que êste nome tão sugestivo — Sete Cidades — tenha algo a ver com a lendária "insula septem civitatem" dos romanos, que motivaram, com o correr dos tempos, os nave-

gantes de outrora a se aventurarem pelos oceanos desconhecidos, atraídos pelas notícias de seus fabulosos tesouros. Já em 1420, quando os portugueses formaram a “cavalaria dos mares” do Infante Dom Henrique, muitos navegadores voltaram a Lisboa, afirmando terem aportado à “Ilha das Sete Cidades”. Nos arquivos do Tombo encontra-se uma carta de doação feita por Afonso V ao açorense Fernão Teles, que apresentara um roteiro e mapa, em que afirmava transcrever as terras da Ilha das Sete Cidades. O litoral ali consignado assemelha-se extraordinariamente com o do Norte do Brasil, entre o Maranhão e o Ceará, onde o rio Parnaíba forma o seu delta, e onde se localizam as Sete Cidades de Piracuruca.

Especula-se, igualmente, sobre que povo teria habitado aqueles rochedos de arenito, que parecem formar castelos e fortificações, fortalezas e armamentos, distribuídos em sete praças sucessivas. Segundo Shwernhagen, teriam os povos tupis emigrado de uma das ilhas das Caraíbas, e fixaram-se no Norte do Brasil, escolhendo aquele local como centro nacional de tôdas as suas tribos. Ali, os “piagas”, ou sacerdotes de Tupã, teriam guardado as tradições de seus maiores, até o advento dos brancos. O nome Piauí — de Piagohy — confirmaria tal hipótese, pois significa “terra dos piagas”.

As Sete Cidades do Piauí assombram os visitantes, e intrigam os estudiosos, pelas inscrições — aos milhares — que estão por todos os lados, pintados com uma tinta vermelha indelével, indecifradas até hoje. O mistério torna-se ainda maior, quando lembramos que os indígenas brasileiros não costumavam desenhar em pedras.

Foi na vila de Piracuruca, então um dos mais prósperos aglomerados humanos da Província de São José do Piauí, que nasceu em 1788 o personagem estranho e fascinante, espécie de Dom Quixote Nordestino, cavaleiro andante da causa da Liberdade: o poeta, soldado e mecânico Leonardo de Nossa Senhora das Dôres Castello Branco, descendente, em 4ª geração de Dom Francisco da Cunha, o fidalgo português.

Apaixonante, vária e imprevista foi a sua personalidade; e privilegiada deve ter sido a sua inteligência que, a despeito das condições hostis da região em que viveu, conseguiu informar-se e ilustrar-se consideravelmente.

Vamos encontrar, entre 1821 e 1823, o patriota Leonardo inteiramente identificado com o movimento irredentista do Nordeste. Em outubro de 1822, a vila de São João da Parnaíba declarara-se

independente. A insurreição tomou conta da região norte da Província — e coube ao Major João José da Cunha Fidié comandar as tropas portuguesas de repressão aos nativistas. Tão distante ficava a Côrte Imperial, e tão morosas eram as vias de comunicação que, a despeito do grito do Ipiranga, ainda subsistia entre os reinóis e seus adeptos no Maranhão e Piauí, a esperança de que a velha ordem colonial fôsse restaurada.

E' uma inverdade a afirmação de que, no Norte e Nordeste, a separação do Brasil de Portugal processou-se sem lutas e sem maiores resistências. Ao que parece, embora reconhecendo que pouco ou nada se poderia fazer para impedir a existência de um Brasil independente, alguns portugueses acalentaram o sonho de que, ao menos a parte setentrional da imensa colônia, poderia ser preservada para a Coroa Portuguesa. No Maranhão, grande número de comerciantes, de origem lusitana, não via com maus olhos tal pretensão.

Acirrados estavam os ânimos, entre nativistas e reinóis, que evidenciavam as suas diferentes inclinações políticas, até pelas côres que usavam seus animais e aves domésticas: galinhas, pintos, marrecos e patos eram enfeitados conforme as disposições partidárias de seus proprietários. Se pertenciam a irredentistas, traziam as criações, atados aos pescoços, laços de fita verde e amarela; porém se viviam em terreiros portugueses, ostentavam o vermelho e o azul.

Diante da manifesta tendência do Norte-Nordeste da Província do Piauí para integrar-se no movimento irredentista, foram deflagradas as hostilidades entre reinóis e independentes. Leonardo lançou aos patriotas uma proclamação inflamada, que teve ampla repercussão. O Major Cunha Fidié abandonou a Capital — Oeiras — e preparou-se para avançar contra os irredentistas, sob o comando de Félix Narciso de Castello Branco.

Os soldados de Fidié, segundo o testemunho dos memorialistas da época, formavam "uma legião de bárbaros, e tinham inclemências ferozes". Em terra que não era a sua, castigados pelo clima da região, que em janeiro é excessivamente quente e úmido, e antevendo a derrota final, desejavam destruir, depredar, arruinar e arrasas o máximo — e por isso, espalhavam o terror. Após êles, "as casas, os currais, as capoeiras, os próprios campos eram incendiados, numa fúria de loucos". Ninguém lhes afrontava o ódio. Venciam pelas armas e pelo fogo, pela destruição e pela morte.

Leonardo, com outros companheiros, refugiara-se na vizirha província do Ceará, já independente, onde organizavam uma expedição para dar combate às tropas de Fidié. Coube a Castello Branco comandar a primeira coluna que atravessou a serra de Ibiapaba e penetrou em território piauiense. Atingindo a sua vila de Piracuruca, Leonardo proclamou-lhe a independência, a 22 de janeiro de 1823.

Depois de aprisionarem os soldados da guarnição portuguesa, os patriotas dirigiram-se para Santo Antônio do Campo Maior, ao encontro do maior reduto de nativistas piauienses. Apenas o amor à liberdade sustentava aquêles homens. Nem munições possuíam. Coubera-lhes, se tanto “duas arrôbas de pólvora, três mil cartuchos embalados... quarenta bandoleirais para espingardas e quinhentas pederneiras...” Fidié cercara Parnaíba, onde o capitão-mor João Nepomuceno de Castello Branco comandava um destacamento; em seguida, deslocou-se para as margens do rio Jenipapo, onde haveria de travar-se o maior combate da independência nordestina, sacrificando-se a vida de mais de duzentos homens, a 13 de março de 1823. Leonardo convertera-se em paladino e pregador da causa da Independência. Sua figura invulgar, os cabelos e a barba flamantes, a palavra iluminada de poeta, a família poderosa a que pertencia — tudo fazia dê-lo o mensageiro ideal para os ideais separatistas. Tentava encontrar uma passagem para a província do Maranhão, ao mesmo tempo que fazia proselitismo, quando foi denunciado e prêso, no pôrto de Repartição, e em seguida enviado para São Luís, que ainda se mantinha fiel ao governo português. Daí, seguiria para Lisboa, onde foi recolhido à prisão de Limoeiro.

No cárcere, o livre filho das planuras piauienses beneficiou-se, de certa forma, da solidão que lhe impunham. Afastado compulsoriamente dos seus trabalhos de agricultor e criador, relegado à inação que não era do seu feitio, dedicou-se à leitura e descobriu, em si, a veia do escritor. Redigiu poemas — “O Império Confundido”, de inspiração filosófica; “O Santíssimo Milagre”, de cunho religioso; e mais um terceiro, sôbre a “Criação Universal”.

Anistiado, regressou às suas fazendas. Os acontecimentos políticos sucediam-se, rápidos e tumultuosos. Em julho de 1824, o mesmo grupo de nacionalistas parnaibanos que se manifestara pela

Independência, aderiu à Confederação do Equador. Leonardo foi um dos assinantes do manifesto republicano, pelo que se viu novamente na prisão, agora em Pernambuco.

Mais uma vez anistiado, seguiu para Portugal, onde se demorou até 1850. Em seu regresso, possivelmente visitou a Amazônia, o que lhe possibilitou escrever as "Cartas sobre o Rio Amazonas" que publicou sob a forma de colaboração aos jornais. Sempre fôra eclético em seus interesses intelectuais — e fez editar um "Tratado de Astronomia e Mecânica Leonardina", onde pretendia encontrar solução para o problema do motu-contínuo, aplicando os seus estudos a um motor, que impulsionaria os vapores na navegação do rio Parnaíba, conforme projeto que apresentou no Arsenal da Marinha, e que obteve um financiamento de cinco contos de réis, por ordem do Imperador D. Pedro II.

Em 1859, Leonardo de Nossa Senhora das Dôres Castello Branco regressava de uma viagem ao Rio de Janeiro, onde fôra pessoalmente tratar de tornar exequível o seu invento. A despeito da boa vontade imperial, porém, os entraves da burocracia e da indiferença desiludiram-no. Considerava-se um "gênio incompreendido". Da sua permanência na Corte, trazia como recordação uma imagem de Nossa Senhora da Boa Esperança, que doou à capela, construída pelo seu genro, na fazenda onde iria surgir a cidade de Esperantina. A bênção da capela e da imagem foram realizadas com festas — e tal é a última notícia que nos fornecem os arquivos, acerca do cavaleiro andante de Piracuruca.

Consta que o poeta-soldado morreu em 1873, em provectabilidade. Tal era o amor e devotamento que o prendiam à sua terra que, entre os muitos fantasmas habituais da paisagem espectral das Sete Cidades do Piauí, ainda vagueia o seu vulto desempenado, a longa barba ao vento, entre as pedras e os rochedos milenares.

IV

A Vila da Manga do Iguará, perdida nos sertões maranhenses, dormitava no tédio, quando um certo Raimundo Gomes, tomando de assalto a cadeia local, auxiliado por nove escravos, soltou os presos ali detidos — inclusive seu próprio irmão, que cumpria pena — e deu início à mais sangrenta das lutas internas no Nordeste brasileiro: a Balaiada.

Em São Luis, a capital da Província, digladiavam-se na imprensa dois partidos políticos, sem maior conteúdo ideológico, porém os mais expressivos também do Império — o conservador e o liberal, este em minoria, quando foi nomeado o Presidente Dr. Vicerce Camargo. Uma série de circunstâncias aparentemente destituídas de maior valor, continuaram porém a acirrar os ânimos e as paixões políticas, até a eclosão do movimento armado, que se denominou “Balaiada” por ter, como um dos seus chefes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, humilde artesão de balaios de vime. A um pesquisador mais arguto, a Balaiada, mais do que uma sucessão de combates e de retiradas, foi o entrechoque de mentalidades diversas, ontem como hoje: de um lado, os sertanejos destituídos de progresso material e de oportunidades; como seus adversários, os grupos mais civilizados e evoluídos da nação, detentores do poder econômico e político. Nesta linha de observação, a Balaiada, com suas explosões de fanatismo, de primitivismo e até banditismo, antecedeu a grande tragédia de Canudos.

De 1838 a 1842, em ambas as margens do rio Parnaíba, e sertão a dentro, os “balaios” espalharam o terror. Inicialmente, diziam eles pertencer ao partido “bem-te-vi” ou liberal — nome tomado ao maior jornal oposicionista do Maranhão.

Raimundo Gomes, com seus escravos e libertos, apoderou-se de armas e munições no quartel do destacamento da Vila da Manga; fez aquisições que o comércio, amedrontado, atendeu. Comandando a sua pequena coluna a cada momento engrossada por sertanejos aventureiros e negros fugidos — exatamente as gentes mais pobres e que menos tinham a perder na ilegalidade — partiu em direção a Chapadinha e Brejo dos Anapurus. Aí, chegou-se a organizar um quilombo, chefiado por um Prêto Cosme, que se dizia “Imperador, Tutor e Defensor de Todo o Brasil” e, conspícuamente, vendia aos seus súditos títulos de nobreza...

O Visconde da Parnaíba, Manuel de Souza Martins, Presidente do Piauí há longos anos, era um régulo e um déspota que, segundo Pereira d’Alencastre, “foi o algoz da vida e da honra dos seus concidadãos”. Um dos liberais mais influentes da Província era Lívio Lopes Castello Branco, homem baixinho, de gestos calmos, cortês e idealista. Sabedor de tal fato, Raimundo Gomes foi procurá-lo na sua fazenda do Estanhado, em começos de 1839, quando as autoridades providenciavam armas para a repressão aos

rebeldes. O caudilho balaio, que se intitulava Tenente General e Governador das Armas, dirigiu uma proclamação aos habitantes do Piauí, onde exortava os “homens de coragem” a agirem contra os “tiranos... que nos quiserem escravisar”. Afirma ainda Alencastre que “os habitantes... não se mostravam antipáticos ao princípio da rebelião. Precisavam, porém, de homens que tivessem coragem para levantar o primeiro grito”.

Em maio de 1839, Lívio Lopes Castello Branco, com pretexto de retirar parentas suas, da cidade de Caxias então sediada pelos balaies, em maré montante de vitórias sobre os legalistas — aderiu à revolta, levando consigo 100 homens armados à sua custa. Assumiu “o comando das forças rebeldes, e presidiu o cêrco... evitando assim que se cometessem desatinos e muitos atos de barbaridade”. Além disso, conseguiu “imprimir alguma ordem entre as tropas dos balaies”, segundo nos informam os cronistas da época.

Desejava Lívio Lopes estender o movimento ao Piauí, e, assim, forçar uma radical mudança no governo que, com seus métodos truculentos e sua visão acanhada, não favorecia a ânsia do progresso da região.

Vitoriosos os “balaies” em Caxias, ficaram praticamente senhores do Maranhão. Continuavam sob a autoridade legal, apenas a Capital e Rosário, um posto militar à margem do rio Itapecuru. O antigo Presidente fôra substituído por Souza Melo, e a este foram dirigidas, através de uma comissão, as reivindicações dos rebeldes. Entre estas, contava-se o pedido de expulsão de todos os portugueses da Província, que não fôsem naturalizados brasileiros. Tal exigência bem esclarece o choque existente entre sertanejos — mamelucos, mulatos, a maioria analfabeta e pobre, — e os cidadãos lusitanos, senhores do comércio e do dinheiro, encastelados nos seus sobradões de azulejo dos mais prósperos dias de São Luiz.

A situação tornara-se extremamente perigosa, para a unidade do Império. Nada conseguia vencer o ímpeto dos “bem-te-vis”, a quem Lívio Lopes tentou inútilmente disciplinar, discordando sempre de qualquer ato de banditismo ou arbitrariedade, praticado pelos seus correligionários. A cada nôvo avanço “bem-te-vi”, mais os balaies se tornavam indóceis; cenas de selvageria e de bando-leirismo eram praticadas, na quase certeza da impunidade. Lívio Lopes retirou-se, com seus homens, das hostes revoltosas; e voltou

para a sua fazenda do Estanhado. Ali, foi acossado pelos soldados legalistas, a que deu combate, "fazendo fogo contra as gambarras que conduziam tropas". Derrotado, escondeu-se durante alguns dias, e depois homiziou-se no Ceará e em Pernambuco, sucessivamente. Sua cabeça foi posta a prêmio, pelo Visconde da Parnaíba, que oferecia a elevadíssima quantia (para a época) 1:000\$000 (um conto de réis) a quem entregasse o insurreto às autoridades.

Dois parentes de Lívio Lopes, porém, continuaram ainda entre os balaíos, mesmo depois de seu afastamento. E outros Castello Branco lutavam com os legalistas: entre êstes, Antônio Leôncio Pereira Ferraz de Castello Branco (neto do coronel João de Rêgo, da conquista dos índios), e Mariano de Carvalho Castello Branco, irmão de Leonardo de Nossa Senhora das Dôres, que estava em Portugal.

Em janeiro de 1840, a poderosa família Aguiar, de Parnaíba, aderira aos "bem-te-vis". Sua região tornou-se um dos últimos redutos rebeldes, que lançaram uma proclamação inflamada, lançando a culpa da guerra civil "à orgulhosa senha sugerida do centro do Palácio de Oeiras... de fumegantes labaredas da fornalha da Babilônia..." E concluíram: "E" pois nosso patriotismo, e justo dever, lutar pela pátria, pela liberdade..."

João da Mata Castello Branco, Comandante em Chefe da Fôrça Bem-te-vi na Província do Piauí, e Francisco Lopes Castello Branco, cognominado o "Ruivo" e irmão de Lívio Lopes, concentraram suas fôrças em Curumatá, enquanto o próprio Raimundo Gomes deslocava seus homens em direção ao Oeste, para aquartelarem-se próximo às matas do Egito. Aí foram batê-los as tropas provinciais, deixando os balaíos no campo "mais de 500 homens, entre mortos e feridos". Enfraquecia a revolta; o Visconde da Parnaíba aproveita-se de tal circunstância para fazer mais cruel de seu despotismo, e sangrenta repressão. Praticavam-se barbaridades sem conta. Os insurretos, vendo-se perdidos, não mais eram movidos por quaisquer ideais políticos mostravam-se apenas homens rudes, na dura alternativa de pilhar para comer, e matar para sobreviver. ;

No lugarejo denonimado Buriti dos Lopes, vivia um velho de 90 anos. Chamava-se Ângelo Lopes, e descendia dos primeiros habitantes da região. Era o patriarca de respeitável família, então reunida para uma farinhada.

Em grande galpão aberto, com teto de palha de babaçu, as mulheres descascavam a mandioca, e tagarelavam sem cessar. Falava-se dos balaaios façanhudos, e das vitórias que as fôrças governistas vinham obtendo — seguidamente. Não longe rodava o caítu. Nas chapas de cobre sôbre fornalhas de lenha, mexia-se a farinha ralada e prensada nos tapitis — e havia um ar de festa, na antevisão de fartura nos paneiros, que iriam abarrotar os paióis até a próxima safra.

Foi quando um grupo de cavaleiros, cobertos de lama, surgiu na estrada. Eram “balaaios” em desesperada carreira. Ângelo Lopes tentou barrar-lhes o ímpeto — porém foi morto a facadas. Os homens saquearam e depredaram à vontade, e o mais depressa que puderam, pois, ao seu encalço, vinham as tropas regulares sob o comando do Capitão Mariano de Carvalho Castello Branco. Novamente na estrada, a perseguição continuou — e durante muitos anos ainda, o rastro dos “balaaios” intimidava os fazendeiros até que, um a um, os chefes rebeldes foram anistiados, enquanto outros embrenhavam-se nas matas do Norte de Goiás.

A Balaiada foi uma das mais prolongadas e sangrentas revoltas do período regencial. Sòmente com a designação do Coronel Luís Alves de Lima e Silva para Presidente da Província e Governador das Armas, e com a anistia por êle sàbiamente decretada, lentamente voltou a paz ao Nordeste Oriental. Liberais e conservadores continuaram, porém, em suas refregas políticas. O Visconde da Parnaíba permaneceu na presidência da província até 1843; contudo, dois anos depois, era acusado de mandante de um crime político, pelo que cêrca de 4.000 pessoas pegaram em armas para combatê-lo, na cidade de Oeiras. A nova revolta foi pacificada pelo então Presidente provincial, Conde do Rio Pardo, e bem dá uma idéia de como eram acirrados os ânimos na política regional.

A Província do Piauí contava, então, cêrca de 200.000 habitantes, sendo o seu maior centro urbano a cidade de Parnaíba com 4.978 fogos e, onde florescia a indústria do charque que deu origem a uma das mais fabulosas fortunas da época, a do nababo Domingos Dias da Silva, que chegou a legar aos seus filhos e sucessores, 5 navios, ocupando 3 na exportação das carnes, e 2 que navegavam diretamente para Lisboa e Pôrto...” A Balaiada, com suas conseqüências de depredação, desorganização e empobreci-

mento geral, foi um fator desfavorável para o progresso da região, sendo que a partir de 1840 começou a estagnação de sua vida econômica, que até então fôra bastante promissôra.

A participação de membros da família Castello Branco — já então um clã numeroso e individualista — nos diversos episódios da revolução dos balaaios, bem expressa o grau de interesse dominante, entre adeptos de “Bem-te-Vis” e legalistas, a ponto de exporem suas vidas, prestígio, fortuna e saúde em lances a favor ou contra a Balaiada. Integraram êles, intensamente, os acontecimentos da sua época assim como também o fizeram, nos mais diversos ramos de atividades, os seus contemporâneos e descendentes, ligados ao tronco genealógico de Dom Francisco da Cunha Castello Branco. Quanto mais se esgalha a árvore nascida à sombra das fazendas do fidalgo português, mais variada, mais diversificada e mais atuante é esta participação.

Como é natural, a lembrança da balaiada permanece em várias lendas e contos sertanejos, especialmente ligados a tesouros, que teriam sido ocultos à aproximação dos “bem-te-vis”. Tesouros de moedas, de jóias, de baixelas e até documentos, lançados apressadamente sob a terra, e depois jamais reencontrados. Um dos contos mais interessantes a êste respeito relata a história de um rico fazendeiro, possuidor de um escravo obediente e de inteira confiança, que o acompanhava por tôda parte, como seu pajem. Viajando, certa vez, perderam-se o senhor e o cativo. Depois de muito errarem, sol alto, cansados e famintos, apearam-se debaixo de frondosa árvore. Ali, almoçaram do que conduziam nos alforges. Deitaram-se em seguida, mesmo no chão, e não tardaram a dormir. O escravo, respeitosamente afastado do amo, fazia travesseiro de grossas raízes.

Pendia o sol, quando acordou o senhor. Chamou pelo pajem:

— Vai buscar os cavalos, Benedito — ordenou, com a autoritária voz de sempre.

Ainda estremunhado, o prêto respondeu, erguendo a cabeça:

— Não vou.

Era tão inusitada a réplica, tão despropositada e surpreendente, que o Senhor ainda perguntou:

— E por que não vais?

— Porque não quero!

Trêmulo de raiva, o fazendeiro tomou do chicote numa das mãos, e avançou para o escravo desobediente e atrevido. Mas êste arrancou-lhe o rebenque, lançou-o fora, a enorme distância, e, rete-sando os músculos poderosos, afeitos ao trabalho pesado, advertiu-o:

— Não repita o que fêz, senão vai se arrepender!

Temendo uma luta desigual, foi o branco buscar êle mesmo o seu cavalo, selou-o, e partiu. Pouco atrás, escutava os passos da montaria do escravo. Ninguém proferia palavra.

Tarde da noite, conseguiram chegar a um povoado, onde se detiveram. Benedito, sem ser mandado e por livre iniciativa, tomou conta dos animais, e realizou todo o serviço que lhe competia, como de costume. Seu patrão, ainda remoendo a desobediência e o atrevimento do negro, procurou um conhecido no lugarejo, contou-lhe o ocorrido, e pediu-lhe para ajudá-lo a castigar o prêto.

Pobre diabo! Iria pagar caro o seu rompançe!

Amarrado fortemente a um esteio, primeiramente receberia uma boa sova. Não protestou, ao ser atado. E como o senhor verdadeiramente lhe tinha alguma estima, quis saber, antes de erguer o rêlho:

— Por que me desobedeceste?

Com os olhos baixos, numa voz humilde, Benedito murmurou:

— Não sei, senhor. Eu estava deitado no chão, quando o senhor me chamou. Senti uma coisa que não sei explicar. Vinha do chão, uma fôrça... aquela terra é encantada, senhor! Nem me lembro do que eu disse, senhor. Foi coisa do outro mundo.

Refletindo um pouco, o fazendeiro resolveu soltar o negro. Juntos, e com mais alguns curiosos, armados de enxadas e pás, dirigiram-se ao local do incidente. O mísero cativo caminhava trêmulo e apavorado, supondo que ia ser enterrado vivo.

Reunidos em baixo da árvore no lugar onde haviam dormido, o fazendeiro mandou os homens que levava cavarem, em todos os sentidos. Exatamente onde o escravo pousara sua cabeça, não chegaram a dois metros de profundidade, tocaram em um corpo estranho. Aprofundando mais, retiraram dali um enorme caixão de madeira, cuidadosamente fechado e lacrado. Foi difícil abri-

lo, mas o trabalho foi bem recompensado: ali estavam, cuidadosamente guardadas jóias de alto valor, e moedas de ouro e prata, dos idos de 1830.

Estava explicada a origem da desobediência do negio, sempre tão fiel e tão cordato: a posse do ouro, mesmo a sua simples proximidade, transmite aos homens arrogância e empáfia...

V

No soneto imortal — SAUDADE —, Da Costa e Silva por duas vêzes refere-se ao Parnaíba, o rio que cognominou “o velho monge”, e de quem escutou “cantigas de águas claras soluçando”. Teceu-se todo um cancionero regional sôbre aquêl curso d’água, que separa geográficamente os Estados do Maranhão e do Piauí, mas que os aproxima como denominador comum de atividades e meio de intercâmbio.

A navegação do Parnaíba vem de longa data. As canoas indígenas o cortavam, antes que ali chegassem os brancos. Em 1663, Simão de Vasconcellos descrevia o chamado “Rio Grande dos Tapuyas”: “É poderoso em suas águas; traz seu nascimento de uma lagoa fremosa, de 20 léguas, na qual afirmam os naturais há cópia de preciosas pérolas...” Teria o explorador tentado aventurar-se no curso do Parnaíba, ao longo do qual afirmava: “habita o gentio Tapuya, gente bárbara, tragadora de carne humana...”?

Em 1679, uma expedição, navegando-o por cêrca de dois meses, “ordinariamente pelo rumo sul”, destinava-se a verificar se o mesmo era “um braço do São Francisco”, e encontrou os ferozes Taramembes. Sôbre êstes, escreve Berredo: “Sem outra embarcação que a dos próprios braços, e quando muito um pequeno remo, além de atravessarem muitas léguas de água, se conservam também debaixo delas por largos espaços...” Um século mais tarde, o governador Dom João de Amorim Pereira assinalava, em ofício dirigido ao Ministério de Ultramar, que “o rio Parnaíba é próprio para uma grande navegação, produção e cultura...”, assim como outros cursos d’água “que se lhe ajuntam, e que são navegáveis até certa distância”. Em 12 de maio de 1798, uma Carta Régia endereçada ao mesmo governador, informava que “resolvendo-se a comunicação interior das Capitanias com outras, e como esta se havia de tentar fazer pelos rios, mandasse explorar os mesmos rios...”

Nesta Carta Régia comunicava-se, outrossim, o plano do governador do Grão Pará sobre a navegação do rio Tocantins, “que facilitava a comunicação... com a província de Goiás”.

A mais remota notícia que se tem de exploração metódica do Parnaíba data, porém, de 1806, quando o governador Carlos César Burlamáqui (casado com a senhora Maria Benedita de Castello Branco) desceu “rio Parnaíba abaixo... aportando muitas vêzes para conhecer bem”, sondando os canais e concluindo que “por êles se pode navegar em todo o tempo, em embarcações mui grandes”.

Foi, porém, um comerciante “muito empreendedor, natural da Província da Bahia”, casado com a filha única de João Nepomuceno de Castello Branco, quem “teve a glória de deixar o seu nome gravado na História... por ser o primeiro habitante do Piauí que navegou o rio Parnaíba, em barcos de grandes dimensões, carregados de sal e outros gêneros...”

Em 10 de abril de 1859, comandado por um tenente da Armada Nacional, chegou festivamente a Terezina, a nova Capital piauiense, o primeiro vapor adquirido pelas autoridades governamentais, para a navegação sistemática do rio Parnaíba. Em maio, seguia o Urussuhy na sua primeira viagem, até o delta, sendo recebido festivamente pelas populações ribeirinhas que nêle viam a promessa de transporte mais fácil para seus produtos. “Era um belo vapor, e bem construído, com a fôrça de 24 cavalos, arqueando 80 toneladas, e com um calado apenas de 4 a 5 palmos”. Os pontos extremos navegáveis, no rio, eram então Parnaíba, no extremo Norte, e São Gonçalo, ao Sul.

Thomas Pearce, inglês de nascimento, audacioso e experimentado prático de navegação, conseguiu, porém levar, os seus vapôres até Vitória do Alto Parnaíba, a 1500 km da foz, e também a Santo Antônio de Balsas, num dos formadores do grande rio nordestino. Aproximadamente em 1915, atingia-se a fase áurea da navegação fluvial no meio-Norte, com os barcos Quinze de Novembro, Antonino Freire, Joaquim Cruz e Manuel Thomaz — êste último assim batizado em homenagem a Manuel Thomaz Castello Branco, um dos diretores da firma “Oliveira, Pearce & Cia.”, pioneira das linhas regulares de “gaiolas” na região.

Ainda em nossos dias, sobrevivem alguns dêstes vapôres, movidos à roda d'água e que, pachorrentamente, buscam os canais fluviais, evitando, principalmente no estio, os bancos de areia, como o chamado "carôço da Benedita", que é o ponto quase infalível de encalhe, nas proximidades de Terezinha. E uma vez encalhado o "gaiola", haja tempo e paciência... até que suas máquinas possam novamente por-se em marcha, e um oficial, de farda branca e botões dourados, volte à prôa, a gritar o rumo a seguir:

— Piauíiiiiiii!

E, logo em seguida:

— Maranhããããããão!

Foi a bordo de um dêstes navios, com o único camarote abarrotado de rêdes para as mulheres, e os homens dormindo por tôda a parte no convés, que eu entrevi as ruínas do casarão do Desígnio, nome invulgar de uma fazenda antiga, segundo me contaram. Ali estava um prédio assobradado, construído sôbre uma elevação, bem pôsto no barranco do rio — e de onde se deveria descortinar soberba vista. Acima do verde claro das canaranas que bordejavam as águas, tendo por fundo o azul translúcido do céu nordestino, aquela silhueta maciça impunha-se como um marco no tempo, sólida, indivisível da paisagem e do lugar. Aquilo me impressionou — e formei, no íntimo, a convicção de que alguém muito influente e respeitado deveria ter sido o construtor e morador daquele sobradão solarengo.

Pacífico da Silva Castello Branco foi o quinto filho do Tenente Estevão Lopes Castello Branco. Nascera Pacífico na legendaria fazenda do Contente, nas proximidades de Livramento, hoje José de Freitas, no Piauí. Fazendo jus ao nome que lhe deram, era um menino dócil e bom, de maneiras gentis e naturalmente cavalheiresco. Como traço marcante do seu caráter, devotava especial amor aos pássaros. Jamais apoiou a confinação ou o cativoiro; foi, em adulto, um liberal apaixonado e abolicionista convicto. Homem feito, tornou-se senhor de vastas fazendas onde proibia armadilhas e arapucas; e, a despeito de ter herdado numerosos escravos, concedera alforria a todos os seus prêtos antes da Lei Áurea.

Cresceu na opulenta fazenda de criação onde sempre viveram os seus pais, e interessou-se por todos os conhecimentos práticos que poderia adquirir na aprendizagem como vaqueiro. Palmilha-

do campos e várzeas em busca de rês para as vaquejadas, desenvolveu algumas teorias próprias, que poria em execução mais tarde, no Desígnio. Assim é que fêz cercar tôda esta sua propriedade, cobrindo aproximadamente uma légua quadrada. Evitou, desta forma, questões com vizinhos, e isolou o seu gado de elementos estranhos. Com paciência e rigorosa seleção, chegou a formar uma raça vacum "baé" — baixa e gorda — de grande pêso, leiteira e mansa, eliminando os ossos inúteis e o chifre, em benefício da carne. Cuidava, também, dos seus reprodutores cavallares; os animais de montaria e de campo que levavam a sua marca eram admirados, e adquiridos a pêso de ouro, quando se dispunha a vendê-los.

Constituiu família aos 20 anos de idade. Deus abençoou-lhe o lar, com seis crianças promissoras. Pacífico amava os pequeninos; seus filhos sempre lhe gabaram a carinhosa paciência com que os tratava, imutavelmente; viúvo, casou-se novamente, depois de quinze anos de solidão. Durou-lhe apenas cinco anos êste segundo consórcio; e o senhor do "Desígnio" ainda contraiu núpcias, vindo porém a falecer com apenas 59 anos de idade. Ao todo, nasceram-lhe dez filhos, mas somente quatro lhe sobreviveram — e destes o mais velho, Domingos Pacífico, era uma criança de apenas 11 anos, quando ficou órfão.

Desde sua juventude, fôra Pacífico da Silva Castello Branco distinguido com a patente de Tenente da Guarda Nacional (em 1/2/1849). Quando foram declaradas as hostilidades entre o Brasil e o Paraguai, era Presidente da Província do Piauí um adversário político dos Castello Branco. A despeito disso, em 10 de novembro de 1864, recebeu o fazendeiro em seu retiro no "Desígnio" um convite oficial do Govêrno, para que assumisse o comando do Batalhão de Voluntários que estava sendo organizado. Outro qualquer, em tais circunstâncias, teria declinado desta responsabilidade: viúvo, carregado de filhos menores, dispunha êle de prestígio e influência suficiente para isentar-se das agruras da guerra. Porém aquêle homem que abominava a violência e a tirania, aceitou o comando que lhe ofereciam, e em 19 de maio de 1865 partiu para o Sul, à frente de 468 voluntários, entre os quais vários de seus parentes e escravos. Passando pela Côrte, com seus homens, Pacífico foi recebido em audiência particular pelo Imperador, que lhe elogiou o desprendimento e o patriotismo, distinguindo-o com palavras de

especial atenção. A lembrança das atenções de Dom Pedro II, e a condecoração da Ordem da Rosa, com que foi agraciado, bem como o posto de Coronel da Guarda Nacional que lhe foi outorgado em 1868, eram o seu orgulho mais legítimo.

Por três anos, Pacífico enfrentou a áspera vida da campanha. Quando o seu batalhão chegou ao Rio Grande do Sul, e posteriormente ao teatro da guerra, ia avançado o inverno — àqueles homens, acostumados aos ardores do calor piauiense, saudosos dos seus lares, deve ter sido mais cortante a navalha do minuano. A lua, ao nascer, banhava as onduladas coxilhas dos pampas, onde nem uma palmeira enfeitava a paisagem; e os soldados nordestinos haveriam de lembrar-se do caboré piando, dos “retalhos de névoa sobre a serra”, e decerto também chorariam “a saudade infeliz de um sol de estio”.

O batalhão piauiense apresentou-se em Corrientes, ao Barão do Herval. Lutou em Tuiuti e Itapurá. Chamado ao Rio de Janeiro, foi ordenado a Pacífico que regressasse ao Piauí, a fim de recrutar mais soldados. Porém a guerra estava no fim, e não foi necessário a Castello Branco empreender nova e longa viagem até as fronteiras platinas.

Voltando ao seu Desígnio — na casa e na fazenda que eram realmente o destino que se traçara, cinco anos depois de ausentar-se — o Coronel, condecorado e respeitado, homem na plena maturidade dos seus 44 anos, apaixonou-se por Dona Torquata da Cunha e Silva, uma bela sobrinha da sua primeira mulher. De D. Torquata, há um retrato a óleo que reproduz, sugestivamente, os seus olhos escuros, as feições fidalgas e as jóias finas, que lhe adornam o colo e as orelhas; é uma dama em grande estilo.

Em 1878, complicações de saúde obrigaram o Coronel e sua família a transferirem-se para a cidade do Parnaíba. No ano seguinte, morria-lhe Torquata; e ele jamais quis regressar ao sobrado altaneiro, onde fôra feliz. Sucedeu-lhe na administração da fazenda o seu primo Manuel Tomaz Castello Branco, que ali viveu mais de 30 anos, e é o patriarca de uma das maiores descendências de Castello Branco, no Piauí: 21 filhos (7 mulheres e 14 homens) e mais de 500 netos, bisnetos e tataranetos.

Dedicou-se Pacífico a edificações e construções. Eleito Presidente do Partido Liberal, foi vereador por várias vezes e, por

propostas suas, construíram-se o Mercado Público, o Matadouro e o Cemitério local. Na sua casa, que hoje serve de Santa Casa de Misericórdia, concentrava-se a vida social e política da cidade; o seu gênio afável, a palestra amena, agradavam aos poderosos e aos humildes, e os escravos lhe eram particularmente afeiçoados.

Regressando da campanha do Paraguai, emancipou a todos os seus escravos prêtos que o acompanharam, e tornou-se um grande batalhador da causa abolicionista. Em carta que escreveu à sua sogra, em 27 de junho de 1884, pode-se avaliar o quanto se preocupava com o assunto. Dizia êle, textualmente: — “Os meus empenhos estão produzindo efeito. Criaram uma sociedade na Vila de Barras... Na instalação, libertaram 35 escravos de diferentes donos — sendo meu irmão Estêvão um dos sócios instaladores, alforriou todos os escravos que possuía com seus filhos... Êle ficou sujeito a pagar os dois filhos... pelo valor de inventário. Cada vez mais se desenvolve o movimento dos abolicionistas. Breve teremos a extinção dos escravos no Brasil, e que será um grande bem”.

De longa data, tinha o Coronel Pacífico por norma, libertar, no dia de seu aniversário, um casal de escravos que lhe pertencessem. Era uma cena emocionante — no pátio, reunidos os negros, os amigos e correligionários do Senhor, êste entregava a ambicionada carta de alforria aos escravos que herdara e que ia, paulatinamente, emancipando. A liberdade era-lhes concedida como um prêmio, por bom comportamento — e, assim agindo, o Coronel incitava-os à boa conduta, pondo em prática os seus próprios ideais abolicionistas.

Dêstes escravos libertos, quase todos permaneceram voluntariamente ligados ao antigo senhor. Ana, uma prêta muito asseada e amiga, nunca se afastou de suas antigas funções: era uma espécie de governanta, quase uma pessoa da família. Fôra ama de leite do menino Domingos Pacífico, que lhe tomava a bênção e a tratava com deferência e respeito. O pai dava-lhe dinheiro, para que o presenteara àquela que tanto estimava. Na sua simplicidade, de nada precisando, Ana economizou o suficiente para adquirir um belo ataúde, que presenteou à Irmandade do Rosário de Parnaíba.

Naquela época, tal como ainda acontece no Nordeste, os pobres eram levados à sepultura amortalhados, dentro de uma rêde.

Uma vez descidos à sua última morada, a rêde volta à casa, onde é tão necessária. Ana desejava para si e para os seus irmãos de côr da Irmandade um entêrro mais bonito, em caixão de luxo. E, neste capricho inocente, talvez acreditasse que defunto ataviado chegasse mais fàcilmente ao Paraíso.

Repentinamente, quando visitava as suas propriedades, dando partilhas aos vaqueiros, o Coronel Pacífico sentiu-se mal. Dois dias depois, a 26 de março de 1888, faleceu. Por determinação da família, seus restos mortais foram transportados para Parnaíba, onde seriam inumados. Dezesete horas se passaram, até que chegassem à cidade. Seria temerário esperar mais outra noite, até que os carpinteiros aprontassem um esquife.

Recorreram à Irmandade do Rosário. Ninguém objetou qualquer coisa. Aquêlê fôra um homem sem preconceitos, de coração aberto e cheio de amor à sua família, à sua pátria e a tôdas as gentes, sem distinção.

No caixão da prêta Ana, Pacífico da Silva Castello Branco — Coronel da Guarda Nacional, herói da Guerra do Paraguai, cavaleiro da Ordem da Rosa, fazendeiro e criador experimentado e bem sucedido, político liberal e abolicionista fervoroso, amigo dos pássaros, foi enterrado, quando o crepúsculo descia sôbre o Igarçu. Ana, à frente de grande número de ex-escravos — os escravos do eito e os escravos de dentro — estavam presentes e choravam. Também se lamentavam aquêles que se haviam deixado cativar pela sua lhaneza e leniência; e todos acompanharam, a pé, o cortejo fúnebre. Consta que uma revoada de xexéus e chicanos-pretos contornou a tôrre da igreja da Graça, quando os sinos tocaram o dobre de finados...

De Pacífico da Silva Castello Branco, ainda resta uma lembrança carinhosa, no coração daqueles que dêle provêem, pelo sangue e pelo espírito; que não o conheceram, mas que aprenderam a reverenciar-lhe a memória nunca apagada. A condecoração da Ordem da Rosa, que lhe entregou D. Pedro II, acha-se em poder de sua neta, D. Maria Vitória Castello Branco. E a espada, com que êle lutou e colheu as rosas de sangue da sua bravura, nos campos do Sul, está no salão nobre da Fazenda Santa Cruz, de que é proprietário o seu neto, Dr. Durval Rodrigues Castello Branco.

VI

A Menina Dalva chegou, num mês de fevereiro, à casa da avó, Dona Maria Madalena Castello Branco, para estudar na Escola Normal de Terezina. Era uma adolescente morena, de olhos vivos e prêtos. Trazia na cabeça as recordações da casa paterna, em União; e no coração, uma vontade imensa de aprender e de conhecer. Uma certa nostalgia, também, de sombras macias de mangueiras, e o apito do vapor, rio abaixo, rio acima...

Matriculou-se. Vovó Dona — ou Donana — morava na rua da Glória. Ficava distante da Escola Normal.

— Precisas de alguém para te acompanhar — disse Vovó.

Acostumada com a simplicidade da vida no interior, a mocinha estranhou.

— Aqui é diferente — explicou Dona. Não fica bem andares sòzinha. O prêto Inácio pode ser teu pajem.

O prêto Inácio fôra parte do dote de Ana, quando ela se casara. Conhecia-a desde menina, vira-a crescer, em graça e beleza — muito clara, a tez alva e sem mancha, os cabelos finos. Depois, senhora e viúva, e êle alforriado, não se afastara dela. Era alto, magro, a carapinha branca, figura popular da cidade, como “gato-pingado” — homem que fazia de rabeção, e carregava pelas alças os ataúdes, naqueles tempos não motorizados. Inácio, invariavelmente, vestia-se de luto; nos velórios, como nas festas, na cozinha ou nas novenas, a sua figura fúnebre era sempre a mesma, compungida e austera.

Dalva teve de conformar-se com o invulgar acompanhante. Vovó Dona, sempre mansa e suave, impunha-lhe o prêto Inácio, e mais a despesa extra de sete mil réis por mês que lhe pagava, para ser escoltada e conduzida como caixão de defunto... e não havia alternativa! Com sua inteligência ágil, a menina compreendeu logo que só as mocinhas das melhores famílias se faziam acompanhar de pajens e mucamas — e que, a despeito de ser pobre, era ela também acatada e distinguida, quando lhe constatavam o sobrenome.

Contudo, Vovó Dona cuidava de impor e fazer valer uma espécie de “código de honra” que muitas vêzes amargurava a vida da neta.

— Dalva, deixa ver as tuas notas. Castello Branco tem obrigação de tirar distinção.

Ela era excelente aluna, mas perguntava:

— Por que, Vovó? Há de ter Castello Branco burro e preguiçoso.

— Se tem, negou a raça...

E, depois:

— Dalva, quem era aquela menina com quem vieste? Quem são os pais dela? Não deves andar com qualquer uma.

A mocinha de olhos prêtos e cabelos muito lisos, frequentemente admirava-se de tanta austeridade na velha senhora a quem a sorte nem sempre sorria, e que lhe contava coisas fascinantes, de parentes e antepassados ilustres. Nas tardes de domingo, quando muitas das suas colegas passeavam, em juvenil algazarra, Dalva podia apenas sentar-se na calçada, tendo a avó, os tios e primos como círculo de conversa e de amizade.

Certo dia, muitos anos passados, quando já então Dona morrera — a rêde branca, de largas varandas rendadas, vazia, no quarto que fôra o seu — a neta relembra-lhe o vulto, e também o prêto Inácio e o “código de honra”. Seu primo Marcolino, ouvindo-a, comentou:

— Vovó tinha a sua pobreza como coisa transitória.

Nisto se resumia a lição de altivez, legada a seus descendentes, por Dona Ana Maria Madalena Castello Branco — a quem a vida roubara muitos bens materiais, mas que deixara intacta, aos seus filhos e netos, a certeza de que a educação e a instrução são os únicos bens imperecíveis.

Dos assuntos prediletos de Vovó Dona, o que mais lhe agradava, sem dúvida, era falar sobre o seu próprio avô, a quem pomposamente denominava — Dom Doutor Miguel Borges Leal Castello Branco, doutor de borla e capelo, o primeiro piauiense a formar-se na Universidade de Coimbra, autor do livro “Apontamentos Biográficos de Alguns Piauienses Ilustres”, e descendente, em 5ª geração, de Dom Francisco da Cunha Castello Branco, pela sua filha Clara.

Eleito Deputado às Côrtes de Lisboa, nos anos que antecederam à Independência, iniciou o Doutor Miguel uma tradição de amor ao estudo, continuada através de gerações, pelos filhos dos seus filhos — entre os quais se conta, atualmente, o Embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco, o IV dêste nome, figura de largo prestígio nos círculos diplomáticos do País.

Na História da Província do Piauí, bem como nos anais da História Pátria, muitos foram e ainda são os Castello Branco que se devotaram às lides do espírito. Entre outros, contam-se:

Mário Castello Branco Barreto, bacharel e professor catedrático de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro, filólogo de renome, sócio do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia de Ciências de Lisboa. Os mais ilustres portugueses, de visita ao Brasil, faziam questão de conhecê-lo pessoalmente, inclusive o Presidente de Portugal, José Joaquim de Almeida. Quando faleceu Mário Barreto (em 9/9/1931), o seu necrológio foi proferido por João Ribeiro, que naquele momento e como de costume, a êle se dirigiu como a seu "mestre".

Urbano Burlamaqui Castello Branco, professor e Vice-Reitor do Colégio Pedro II, por muitos anos;

Miguel de Souza Borges Leal Castello Branco, que viveu toda a sua existência de professor no Piauí, "educador que sendo cego, distribuiu muita luz";

Odorico Castello Branco, professor e autor de livros didáticos, fundador do Colégio Castello Branco, em Fortaleza, Ceará. Foi êle vigoroso defensor da moralidade no ensino, e inimigo irreconciliável das "aprovações por decreto" (1817). Nesta época, a título de protesto, fêz publicar o texto do Decreto que, mediante requerimento, concedera aprovação, em matemática e português, ao mordomo do seu Colégio; e em física e química, à sua cozinheira...

Artônio do Rêgo Castello Branco, mestre-escola na longínqua Vila do Peixe (hoje Nossa Senhora dos Remédios, no Piauí); sucedido, na mesma escola e no mesmo prédio, pela sua filha Amélia e, atualmente, pela sua neta, Deusa;

Fenelon Castello Branco, escritor e fundador da Academia Piauiense de Letras;

Dario Tito Castello Branco que, ainda Alferes-Aluno e o 1.º da sua turma, foi nomeado professor de álgebra do Colégio Militar do Rio de Janeiro;

Sansão Castello Branco, fundador e diretor do Ballet da Juventude, artista de renome;

Maria Emília Borges Castello Branco — Dona Sinhá — que, exercendo o magistério há 40 anos, em Terezina, matriculou-se como aluna, ao ser criada a Escola Normal Oficial, a fim de aperfeiçoar-se e adaptar-se aos novos métodos de ensino;

Cristóvão Falcão Castello Branco, engenheiro militar e instrutor de todos os calculistas do Serviço Geográfico do Exército; autor de Tabelas de Cálculo de uso oficial no Ministério da Guerra;

João Martins Castello Branco, médico fisiologista, com diversas obras publicadas sobre sua especialidade;

Oscar Castello Branco Clark, médico eminente e professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro;

Fausto Gayoso Castello Branco, médico, pesquisador e cientista;

Píndaro Castello Branco, professor da Escola Nacional de Belas Artes e uma das mais altas expressões nas artes modernas do País;

Renato Pires Castello Branco, escritor e sociólogo, autor de: "Química das Raças", "A Civilização do Couro", "Um Programa de Política Exterior para o Brasil" e "Teodoro Bicanca";

Antônio Martins Castello Branco, colunista internacional e comentarista político de renome;

O próprio Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que foi professor nas Escolas de Ensino do Exército, Capitão Instrutor de Tática das Armas na Escola Militar do Realengo, Coronel Diretor do Ensino da Escola de Estado Maior do Exército e General Comandante da Escola Superior de Guerra.

* * *

Em Terezina, por volta da década de 1920-1930, o jornal do Dondom era tradição. O jornal chamava-se "O Denunciante", e o verdadeiro nome do seu proprietário era Antônio Santana Castello Branco, polemista apaixonado e paladino das liberdades. O jornal era o seu maior interesse e, na rotina provinciana da modesta Capital do Piauí, uma tiragem de "O Denunciante" sempre trazia consigo o sabor da novidade e do não conformismo.

Com o seu pioneirismo e espírito cáustico, Dondom muitas vezes despertou ressentimentos; porém conseguia prosseguir editando o "Denunciante", embora sem dia certo para a tiragem do jornal. Dondom era, ao mesmo tempo, o seu Diretor, Redator, Repórter e Tipógrafo. Quando tirava uma edição, Dondom saía a

distribuí-la, pessoalmente, entre os amigos mais chegados. Como fôsse, visceralmente, um opositor, muita gente ao receber o seu exemplar perguntava logo:

— Hoje o jornal é contra quem?

Certo dia, a título de vingança, mandaram atirar as máquinas da impressora do Dondom nas águas do rio Parnaíba. Indignado — porém não vencido — o jornalista saiu a empreender uma “operação pescaria”; a muito custo, conseguiu reaver o essencial para que circulasse mais um número de “O Denunciante”. E não foi preciso conjecturar contra quem seria, desta vez, a denúncia. . .

* * *

A necessidade de mandar instruir as novas gerações, em épocas de transportes difíceis e precários, criava problemas que eram a custo resolvidos por muitos Castellos Brancos, futuros médicos, engenheiros, advogados, políticos, etc. .

Os mais bem aquinhoados, até o fim do século XIX, seguiam para os colégios e universidades da Europa. Em Harcourt, em Bonn, em Londres, em conventos ou estabelecimentos leigos, êsses moços e môças hauriram um requinte de maneiras e de expressão que não se esvaiu, com a passagem dos anos. A separação dos pais e familiares era naturalmente dolorosa e prolongada; não raras vezes, a mudança de clima resultava em problemas de saúde. Alguns jovens, ao regressarem, vinham tíxicos; a maior parte, porém, ao concluir os estudos ingressava na vida profissional que escolhera, com o “handicap” do conhecimento de linguas estrangeiras, e primorosa educação e preparo.

Exemplo frisante, foi o casal Estêvão-Luisa Gonçalves Castello Branco. Ambos estudaram em colégios da Alemanha e da Inglaterra; mais tarde, casaram-se, constituindo um lar excepcionalmente feliz. Ele tornou-se médico e cirurgião de renome, construindo, por volta de 1910, um palacete no Leme, que se tornou espécie de consulado dos Castello Branco no Rio de Janeiro, quando Copacabana ainda se enfeitava de pitangueiras e cajueiros. D. Luisa, hoje bastante idosa, porém lúcida e ativa, tem o reconhecimento e a gratidão de três gerações de parentes que beneficiou, com a sua hospitalidade, generosidade, dedicação e bondade insuperáveis.

Porém a maioria dos estudantes, entre os Castello Branco passou pelas Faculdades de São Luis, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. As môças, tradicionalmente freqüentaram os colégios das

Irmãs Dorotéias, que tanto têm contribuído, desde o século passado, para o aprimoramento da educação feminina no Brasil, e em especial, no Nordeste.

Eram verdadeiras aventuras, as viagens que se devia empreender, das fazendas e vilas distantes, até as Capitais onde se localizavam os melhores estabelecimentos de ensino. Com semanas de antecedência, preparava-se a carga a ser transportada: malas de couro, contendo enxovais de internato; alforjes com mantimentos; cofos com frutas e ainda os presentes para os primos da cidade: paneiros com arroz, lingüiça, carne seca... Os meses próximos ao reinício das aulas são a época chuvosa, no Nordeste; e as viagens, mercê das cheias imprevisíveis, às vezes arrastavam-se por semanas intermináveis, com os caminhos de ferro interrompidos, as pontes derruídas, as estradas transformadas em verdadeiros rios.

Porém, sempre que possível, contornavam-se as dificuldades. Distâncias, saudades, falta de ambientação com as mudanças de hábitos e de cardápio; pobreza, até orfandade, tudo pode ser vencido, por aquêles que realmente desejavam e desejam estudar e progredir.

Assim foi que a menina Dalva fêz-se normalista, e depois funcionária pública, vindo a casar-se com o Dr. José Ribeiro do Nascimento, hoje promotor de Justiça no Estado de Goiás. São pais de quatro filhos: José, engenheiro civil e professor universitário no Paraná; João Manoel, brilhante oficial da Marinha de Guerra; Ricardo, também engenheiro civil; e Tomé, estudante do curso médio. Ela conserva a mesma vivacidade no olhar — porém a sua fisionomia cobre-se de uma nuvem, quando evoca a sua mocidade, e os entes queridos, alguns mortos, outros distantes, como a sua Tia Sinhá, nonagenária, residente na cidade de União, e ainda bastante lúcida, sobretudo nas estórias que narra sobre os Castello Branco. Com seus filhos e seu espôso, Dona Dalva Castello Branco Nascimento é um exemplo do que pode a fôrça de vontade e a capacidade de trabalho, a abnegação e a determinação, quando nem tudo são flôres no caminho. Ela bem expressa o valor dos ensinamentos e da atitude de Dona Maria Madalena: e a certeza de que o patrimônio moral de uma família representa muito mais do que a fortuna material, que é transitória e vária.

VII

De um e do outro lado da estrada, o canavial dobrava-se ao vento, as longas fôlhas encrespadas mansamente, a perder de vista. O carro de bois gemia, num lamento prolongado, carregado de canas que iam sendo transportadas para o engenho. Raimundo Arthur, o carreiro, estalava o chicote no lombo dos bois. O dia mal começava, muito azul e fresco. Distante, vinha o ruído das máquinas, na moagem.

Raimundo Arthur era um prêto alto, de compleição robusta, e foi carreiro da fazenda durante tôda a sua vida. Tinha os dentes muito alvos, e sorria freqüentemente. Sua voz era sonora e cheia; os passos marcavam uma cadência igual, pelos caminhos das roças e das capoeiras. Trazia sempre uma camisa de riscado, aberta no peito largo, e um chapéu de couro de onde pendiam tiras, que balançavam quando êle movia a cabeça. Era um dos homens de confiança — leais, honestos e dedicados — que cercaram a minha infância de saudações alegres:

— Sinhàzinha! — diziam alguns.

— Venha cá, minha branca! — diziam outros, e me adulavam com pequenos cofos cheios de guabirabas, porque sabiam que eu era a predileta de Vovô.

Santa Cruz — a fazenda — ainda existe, e lá está, conservada e bela, entre os seus babaçuais sussurrantes. O pátio estende-se, homogêneo, sob a fronde das mangueiras seculares. E' um vale, apertado entre dois morros, que vai descambando lentamente para o Riacho da Prata. As mangueiras sucedem-se, em duas filas soberbas: são imensas, barrôcas, generosas. Sôbre um dos morros — que terá pouco mais de 10 metros de altura — fica a casa de residência, a que se tem acesso por uma rampa de pedras, muito antiga. Ao pé da rampa, um cruzeiro, enroscado de trepadeiras; e junto à cruz, uma lápide de mármore assinala o lugar onde repousam vários membros da família. Porém aquilo nem parecee um túmulo — e a imagem de Cristo Redentor, em seu pedestal, emerge de entre os canteiros de boninas e nove-horas, e delicadas primaveras que enfeitam as grades de ferro.

No alto, a casa é enorme e acolhedora, com suas varandas largas, seu jardim perfumado de bogaris, suas latadas de "bougainville", e um jatobàzeiro ao lado, em frente a um jasmim-Cayena.

O velho solar data de fins do século XIX; tem características de solidez com suas paredes espessas, as despensas quadradas, os quartos assoalhados com tábuas eternas. A capelinha é preciosa, pelos santos portugueses e reproduções de Rafael e Miguel Ângelo. O salão de visitas tem consolos de mármore, cadeiras austríacas, retratos a óleo. Ali, enfileiram-se gerações de descendentes de D. Francisco da Cunha Castello Branco, que habitaram aquela propriedade encantadora, espécie de “Shangri-lá” caboclo, pertencente à família desde 24 de dezembro de 1813.

A principal característica geo-econômica da fazenda é a sua riqueza em babaçuais. Distanto cerca de 30 km do Rio Parnaíba, localiza-se no Maranhão entre as cidades do Brejo e Buriti e ocupa uma área de extraordinária fertilidade, com nascentes perenes e terra muito propícia à agricultura. Ali, as fruteiras, como as laranjeiras, bananeiras, genipapeiros, cajueiros, cajazeiras — alternam-se com as árvores nativas, rivalizando em parte e produtividade. Os bacuris, as araças, as juçaras e os buritis são presentes da natureza aos moradores e visitantes. Sobre a torrente cristalina do Prata, no seu leito de areias alvas, debruçam-se as almécegas; na umbrosidade do brejal murmura, caricioso, o vento que refresca as ardências do clima tropical.

Santa Cruz diz de uma longa história, ligada à exploração da cana de açúcar, e ao seu engenho semi-industrial desde o século XIX. Tem uma população de mais de 300 moradores, na maioria descendentes de antigos escravos, que ali se deixaram ficar, num “modus vivendi” peculiar. Há uma escola funcionando para os filhos dos agregados, nas próprias varandas da casa grande; as rendadeiras assentam-se nos estrados, e armam, com a música dos bilros, as finas teias de sua arte. Algumas tecelãs ainda conservam a tradição de rêdes artísticas, finamente confeccionadas, com varandas de labirinto. A devoção comum à Nossa Senhora das Vitórias, padroeira da fazenda, irmana, no cântico das novenas e no desfiar dos rosários, as patroas e as empregadas, amigas desde várias gerações.

São descendentes de fazendeiros, os que habitam esta fazenda-monumento, pelo que encerra de anacronismo e singularidade. Aliás, é uma constante, entre os Castello Branco, o apêgo à tradição agro pastoril da família. Em todos os seus ramos — mesmo

aquêles atualmente citadinos e cosmopolitas — há sempre um engenho, um plantador, um vaqueiro, até onde remontam as raízes do seu clã.

Durante mais de trinta anos, a fazenda “Pé de Morro”, pertencente a três irmãos que nela não podiam residir, foi administrada por Alípio Lages Castello Branco. Era uma tradição, de aquêles membros mais afortunados da família, procurarem os seus parentes para “vaqueiros” de suas propriedades. Entenda-se o termo “vaqueiro” na acepção local: como administrador de inteira confiança. E’ o filho de Alípio Lages Castello Branco, o General Firmino, que nos presta um depoimento acêrca do que era a vida de uma família sertaneja, nos idos de 1890-1930, aproximadamente.

“A Fazenda Pé de Morro, integrando então o município de Barras do Marataoan, era um latifúndio que media 6,5 km na margem do Rio Parnaíba e 6 km, terra a dentro, num total de 39 km². Nos trinta e cinco anos em que ali morou o meu pai, nasceram-lhe 13 dos seus 14 filhos.

O dono da terra nenhum fôro cobrava da agricultura, em dinheiro ou em gêneros. Os instrumentos com que se trabalhava nas roças, naquela época, pouco diferiam dos que se empregam, hoje em dia, no Piauí: facão, foice e machado. Nem o rudimentar arado de bois, utilizado há três mil anos, no Egito, é sequer conhecido pelo caboclo nordestino.

As roças são “marcadas” geralmente em novembro — e esta marcação é a primeira de uma série de operações que se sucedem, até a colheita. “Preparar” a roça, significa abrir picada no mato, com facão e foice, para delimitar o “aceiro” que vai isolar a área escolhida para o plantio, naquele ano. No próximo ano, a roça abandonada é uma “capoeira”, e outro pedaço de chão é destinado àquela agricultura predatória.

Segue-se a “broca” da roça: são cortados, a foice, os galhos baixos das árvores, que devem ser queimados. A terceira etapa é a “derrubada”, quando são deitados ao chão os troncos mais grossos. Finalmente, vem a “queimada” — e o incêndio controlado pelos aceiros, deve restringir-se ao terreno marcado e brocado. Frequentemente, o vento leva alguma fagulha mais longe, e as labaredas atingem a mata, ou alguma plantação vizinha. Passados alguns dias, para que as cinzas esfriem, tem lugar a operação de “cor-

tar” e empilhar os galhos inúteis que escaparam às chamas; êstes são “encoivarados”, isto é, queimados novamente. Aproveitando-se as madeiras utilizáveis, fazem-se as cêrcas; e quando se aproxima o dia de Santa Luzia (13 de dezembro), passa-se a “estremar as roças”: separam-se, com carreiras de mamonas, as partes que competem a cada um dos sócios no empreendimento. Plantam-se as “frutas de rama”, e espera-se a primeira chuva, que não deve tardar. De dezembro a maio, estende-se o “inverno” — e as roças devem ser “capinadas”, duas e até três vêzes, conforme o terreno. Logo, estarão douradas as espigas de milho, e os arrozais farão um tapete de veludo, nas terras baixas...

Com a plantação de fumo, há algumas particularidades: já no começo do século XX, o “vazanteiro” pagava um têrço da produção de fumo de corda, ao proprietário da terra — e a medida do fumo (a arrôba), não era calculada em 15 kg, mas pela aferição de 32 varas (uma vara é igual a 1,10 m...).

O “Pé do Morro” foi uma grande fazenda de criação de gado, na qual o “vaqueiro” era interessado, pelo processo de “partilhas”. Suas terras, demarcadas desde os tempos do Brasil Colônia, compunham-se de diferentes áreas fisiográficas: alagadiços, carrascos, matas com madeira de lei e babaçuais, terras de carnaubais, grandes lagoas, etc.

A faina diária começava cedo, alta madrugada, e conforme a estação do ano — inverno ou sêca — as tarefas a serem executadas eram diferentes.

E’ que o “vaqueiro”, além de zelar pelo gado e dedicar-se à plantação de um grande roçado, onde cultivava especialmente o algodão e o fumo, também executava trabalhos artesanais de couro: selas, gibões, baús, cordas de cabelo. Tecia rêdes e tarrafas, para a pesca de arrastão nas lagoas piscosas das fazendas e das redondezas, pois convidavam-no com freqüência, a “botar a sua rêde” fora dos limites do Pé do Morro — tal a confiança que inspiravam a sua pessoa, as suas tarrafas e os seus caboclos de pescaria.

Êste vaqueiro, que morreu em 1926, que nunca foi sequer à Capital do seu Estado, que não conheceu cidade mais adiantada do que Barras do Marataoan, que empregava, mas não sabia dizer quais eram os pronomes pessoais — assinou e leu, durante muitos lustros, o “País”, e depois o “Correio da Manhã”. Conhecia de nome

os homens públicos que atuaram durante o primeiro quarto de século, citava os fatos em que êles se notabilizaram, e acompanhou, atentamente, tôda a I Guerra Mundial. Seus últimos filhos chamam-se: Nosk, Croce e Joffre...

Nenhum soldado foi mais zeloso do que êle, no cumprimento do dever; nenhum sacerdote foi mais humano, ou mais generoso do que Alípio Lages Castello Branco, o "vaqueiro" de Pé do Morro, para com os seus subordinados, os agregados da fazenda".

* * *

Assim, de fazenda em fazenda, tece-se o fio que liga os diversos galhos da árvore genealógica dos descendentes do fidalgo de Pombeiro. Mergulhando no passado, ou aflorando ao presente, quer na história da família, quer na da Província, quer na própria vida do Brasil, faz-se mister recordar aquêles homens e mulheres que vivem da terra e para a terra: os fazendeiros, seus vaqueiros e agregados.

Nas pesquisas que realizamos para obter subsídios ao presente trabalho, encontramos curioso depoimento, escrito por um latifundiário de fins do século passado, sobre os chamados "coronelões" do interior. Pelo conteúdo sociológico do texto que é, em parte, autobiográfico, assim como pela sua atualidade, ainda hoje evidente, transcreveremos uma parte do trabalho a que nos referimos:

"A maior vítima dos crônicos maldizentes são aquêles a que pejorativamente chamam "coronelões". Coronelão é o proprietário de terras, o fazendeiro, o senhor de engenho, o negociante, enfim todo aquêle homem do interior que possui bens de fortuna e independência. Segundo afirmam, entre êstes não se encontra um só homem de bem, um ser humanitário, uma pessoa medianamente educada e progressista.

"O quadro que pintam é horrível, dantesco mesmo, ofensivo a uma numerosa classe de homens tão brasileiros, tão patriotas, honestos, progressistas e laboriosos como quaisquer outros.

"Esquecem-se os ferozes censores de que, aos coronelões, deve-se a ordem, a disciplina e o progresso do interior. São êles os guias das multidões, a garantia das autoridades, os esteios da lei e o único elemento com que contam, em certas regiões, os dirigentes para alimentar o tesouro público...

“Desumanos? Taxam-nos de desumanos, porque cobram juros do que produzem as suas terras? Qual o capitalista que não faz o mesmo? Há porém uma enorme diferença: o proprietário de terras cobra uma ninharia dos seus roceiros, e dá-lhes tudo, desde as ferramentas, à condução para o transporte do produto, dinheiro e proteção. O agiota cobra dos seus freguêses 20 a 30% de juros, e não liga à sorte deles.

“As autoridades sertanejas contam, unicamente, com os coronelões para manter a ordem. Um único caso ilustra bem o que afirmamos. Certo agregado nosso, homem valente, insultado, reagiu. Estabeleceu-se um conflito medonho. Sòzinho, o homem conteve, com sua bravura, uma onda de desordeiros. Chamaram o delegado e dois praças, únicos existentes no local. O herói não se entregava à prisão, e de faca em punho desafiava a que o fossem prender. Compareci ao local, pedi a faca ao agregado. Ele, humildemente, entregou-me a arma e seguiu para a prisão, só e tão sòmente porque era meu agregado e eu, a única pessoa no mundo a quem devia obediência, no seu entender de homem ignorante”.

“Este fato, verídico, bem prova o quanto é útil à organização social o difamado “coronelão”!”

* * *

Neste esbôço de fatos e de personalidades que melhor marcaram a continuidade do nome Castello Branco em nossa Pátria, surgem vários estabelecimentos agrícolas ligados à família, e que bem merecem especial referência. Ao lado de feitorias lendárias, como o Contente e o Desígnio, que o tempo fêz desaparecer, outras casas deixaram vestígios palpáveis.

O Engenho D'Água, pertencente ao ramo Cruz Santos dos Castello Branco, foi o mais adiantado e produtivo dos estabelecimentos agrícolas da família. Em 14 de julho de 1907 foi visitado pelo Presidente Afonso Pena, acompanhado do Governador do Maranhão Benedito Leite, que deixaram em Livro especial, gravadas as suas impressões a respeito do local, em palavras as mais elogiosas.

Também merece ser citado o Maracujá, imensa propriedade localizada no Piauí, e pertencente à Dona Torquata, neta de Dom Francisco, e que se casou com Domingos José Gonçalves, exportador de algodão e negociante prodigiosamente rico. Ergueu, para

si e para sua família, uma casa completamente diferente das modestas habitações sertanejas da época, tão pobres quanto anti-higiênicas. O Maracujá deslumbrava, segundo nos conta a tradição; era um sobrado imenso, de compartimentos espaçosos, com portas e janelas em abundância. Nada de camarinhas escuras, nem alcovas bafientas. De longe, vinham curiosos admirar o prodígio, e dia a dia aumentava o espanto dos matutos. Colocados os portais e batentes, notava-se que as portas encimavam em arcos, que permaneciam vazios. Afirmava-se que ali seriam colocadas vidraças, as primeiras vidraças daqueles fins de mundo. E como ninguém sabia ao certo o que fôsem vidraças, os mais afoitos diziam já terem visto os espelhos, dentro de caixotes, para serem ali afixados.

Finalmente, a curiosidade geral ficou saciada. Concluída a construção, tornou-se ponto de romaria e todos convergiam para uma visita às vidraças do Maracujá. Durante muito tempo, a casa andou cheia de basbaques, admirando-lhe as alaias, os móveis, a disposição dos cômodos, mas sobretudo os vidros!

O pó, que nada respeita, foi-se acumulando e tornou-se necessário mandar lavar as famosas vidraças. Um escravo foi encarregado do serviço. Munido de um pano, água e sabão, deu começo à tarefa, orgulhoso do encargo e da inveja dos demais. E pôs mãos à obra; delicadamente, caprichosamente, esfregava e reesfregava, em seguida enxugava, mas a poeira continuava empanando o brilho dos vidros. Repetiu a operação uma, duas, dezenas de vezes e nada! O pobre prêto estava apreensivo: certamente se via repreendido por negligência. Eis que surge na sala uma das sinhazinas do Maracujá. Vendo a aflição do escravo, indagou-lhe o que havia.

— E' que eu não sei limpar êstes vidros, iaiá. Já botei fôrça, e não tem jeito de limpar.

— Precisa passar um pano molhado; é assim que a gente faz — ensinou a môça.

— Qual nada! Meu braço tá doendo de passar pano!

Foi quando, reparando que os vidros estavam limpos de um só lado, a jovem riu-se, gostosamente.

— Vou ensinar-lhe o que deve fazer. Veja! Basta passar o pano também do outro lado da vidraça...

Domingos José Gonçalves, senhor do Maracujá, morreu ainda relativamente môço. À sua viúva coube a tarefa de educar e orientar os 10 filhos do casal. Desincumbiu-se Dona Torquata de tal mister — e a fortuna que lhe coubera por herança, ela aplicou-a sàbiamente, mandando instruir nos melhores colégios, seus rapazes e môças. Nem a distância, nem o isolamento, nem o afeto fizeram-na desistir. Alguns dos seus filhos foram homens de grande projeção e destacada atuação na História do Nordeste; e suas filhas, educadas e prendadas, fizeram casamentos brilhantes. Citaremos alguns dos descendentes de Dona Torquata:

Desembargador Segismundo Antônio Gonçalves: que de Promotor da Comarca de Alcântara (Maranhão), passou a Chefe de Polícia, em Pernambuco; foi eleito Deputado Geral por Goiás; Juiz de Direito e Deputado Geral por Pernambuco; à época da Proclamação da República, era Presidente dessa Província. Foi Deputado Geral, Senador Estadual e Senador Federal por Pernambuco e Governador do Estado, por duas vêzes. Sua filha, Dona Maria Luísa, casou-se com o Dr. João Pessoa Cavalcânti de Albuquerque. O Desembargador Segismundo, como todos os seus irmãos quando ausentes, escrevia pontualmente a Dona Torquata que residiu por tôda a sua vida no interior. Uma de suas cartas é documento vivo, onde a ternura e o respeito filiais mesclam-se a preocupações políticas. Datada de Recife, em 26 de setembro de 1887, a missiva diz o seguinte:

“Minha boa Mãe e Senhora:

Não tenho agora carta de Vmcê. a responder. Por uma de 30 de agosto que recebi de minha irmã Vitória, soube que Vmcê. estava com saúde, e faço votos ao Céu para que continue por muitos anos a conceder êsse precioso bem a Vmcê.

.....

... Me parece que a questão dos escravos está se acabando, e que talvez nestes dias, as Câmaras votem que dentro de 15 anos não haja mais escravos. Pode-se duvidar que a instituição servil resista ainda dois anos.

Não são boas as notícias do Imperador e, embora o Govêr-

Não são boas as notícias do Imperador e, embora o Govêrno afirme que êle nada tem de grave, acredita-se geralmente que

está perdido, com as faculdades intelectuais alteradas, e em grande decadência, e por isso inhabilitado a reassumir o Governo. Penso que muito peor do que estávamos ficaremos com o Governo da Princeza Isabel e do estrangeiro pouco simpático com quem ela é casada.

... enviamos vivas saudades, especialmente a Vmcê, com a maior estima e respeito sou

Fº mto. ante. obdnte.

Segismundo”

Dr. Malaquias Antônio Gonçalves, médico de renome como cirurgião em Pernambuco, onde foi também eleito Deputado Federal e Senador Federal, sucessivamente. O Dr. Malaquias tem o seu nome ligado ao solar de Ponte d’Uchoa, em Recife, e casou-se com a filha do Barão de Rodrigues Mendes.

Dona Feliciano Mathilde que, aos 16 anos, casou-se com o Dr. Antônio Borges Leal Castello Branco, seu primo; tiveram 11 filhos. Dentre êstes, a menina Ana que haveria de contrair nupcias com James Frederick Clark, dando assim início ao clã da Casa Inglesa.

Dona Vitória, que foi a primeira senhora a habitar a fazenda Santa Cruz, no Maranhão. Deixou numerosa prole. Dos seus netos, salientaram-se os irmãos Lino e Marcelino Machado, que dominaram a política regional por volta de 1930-1945.

* * *

O Brasil de ontem, como o Brasil de hoje, tem a sua estrutura social ainda ligada ao patriarcalismo rural. Se nas zonas afortunadas do Leste e do Sul o progresso se faz atualíssimo, no cernê do País o tempo ainda corre lentamente — na cadência dos monjolos, no Oeste; nos carros de bois, nas gaiolas e nos ultrapassados engenhos do Nordeste. Somos uma Nação onde as formas mais extemporâneas de cultura coexistem: das tribos indígenas, às sociedades cosmopolitas e industriais; do medievalismo dos pequenos burgos sertanejos à utopia de uma pregação democrática à Jean Jacques Rousseau...

VIII

A carnaubeira, cientificamente denominada “copernícia cerífera”, é uma planta da família das palmáceas. Seu caule é esguio e áspero, recoberto de escamas pontudas; as folhas abrem-se em leque, bem no alto. Tem o perfil de uma elegância hierática, com a flébil, majestosa altivez das colunas jônias. Houve uma época em que se derrubavam carnaubeiras para madeirames de currais e casas — e, nas fazendas antigas, ainda se vêem como que pórticos de esteios roliços, ligeiramente afunilados, que o tempo não arruína.

Como no Egito a tamareira, também no Piauí a carnaubeira faz as vezes de “árvore da vida”. Ela medra, com a fartura da inconsciência, nos campos e nas várzeas, no agreste e na puba; e tira, por ironia, a sua maior riqueza que é a cêra, da falta ou da demora das descargas pluviais. A cêra é uma defesa da planta contra as sêcas; no mercado internacional, atinge preços altamente compensadores, pelas suas múltiplas aplicações industriais. Também as folhas têm a sua utilização prática: servem para a cobertura de casas, e para a manufatura de esteiras, sacolas, cofos, paineiros, jacás e rêdes. Assim, dela tudo se aproveita — inclusive a beleza ímpar dos carnaubais, que fascina os forasteiros.

Na história da exploração e da exportação da cêra de carnaúba, avulta a figura de um “inglês do Piauí” — James Frederick Clark, assim denominado pelo amor com que deitou raízes naquelas plagas nordestinas. Pelos retratos que seus filhos guardam amorosamente, pelas lembranças com que o evocam sempre, constata-se que êle foi o mais britânico dos súditos de S.M. a Rainha Vitória — porém o mais brasileiro dos patriarcas, pelas iniciativas que tomou, a serviço do Nordeste.

James Frederick Clark nasceu em Keswick, na região fronteiriça entre a Inglaterra e a Escócia. Ficou órfão muito cedo, e vivia em casa de sua irmã, que tinha o brasileiro nome de Maria — mas que anglicisavam para “Meráia”...

Em 1869, James completara 14 anos, quando o Sr. Paul Singlehurst, amigo da família, e radicado em Parnaíba, Piauí, com o seu estabelecimento a “Casa Ingleza”, procurava um rapazinho que se dispusesse a acompanhá-lo para a América do Sul. James

aceitou a proposta que lhe foi endereçada. Atravessaram o Atlântico, a bordo do veleiro "Emprise" da "Red Cross Line", e levaram exatamente um mês de viagem!... Chegando a Parnaíba, os claros olhos azuis ainda atônitos com o sol tropical, o rapazinho assumiu as suas funções que, de acôrdo com os costumes da época, previam uma escala, a partir de varredor da loja. Foi, a seguir, atendente de balcão. Era um môço inteligente, honesto e capaz, educado e correto — e foi subindo de pôsto, até converter-se em proprietário da firma, alguns anos depois.

Casou-se o jovem inglês com D. Anna Gonçalves de Castello Branco, da estirpe da fazenda "Maracujá". Fundindo os hábitos britânicos de polidez e pontualidade à tradição aristocrática dos descendentes de Dom Francisco, a Casa Ingleza tornou-se um dos marcos expressivos da família Castello Branco.

O sobradão da rua Grande, em Parnaíba, com a tradição dos seus quase cem anos de bons serviços prestados ao Piauí, é irre-dável e insubstituível no patrimônio da Casa Inglesa. Na sua parte térrea, funciona o estabelecimento comercial. Chega-se ao primeiro andar por uma escadaria larga, atapetada de passadeira vermelha. O assoalho da enorme sala de jantar brilha, em suas espe-lhantes tábuas de côres contrastantes. Da sala, passa-se sem transi-ção a um terraço onde, num jardim suspenso, estão palmeiras e fo-lhagens. Os quartos e compartimentos sucedem-se, espaçosos; as janelas da frente indicam a sala de visitas. No terceiro andar, espécie de mirante adaptado, está um apartamento moderno e confortável. No rez do chão, por trás da cozinha, ficam as dependências dos criados — e, num dêstes muitos compartimentos, eu via fasci-nada, quando criança, o que me diziam ser uma costela de baleia!

Os filhos de James Clark foram "meninos de sobrado" bem apumados e bem educados, com um certo cosmopolitismo que faltava aos seus contemporâneos nordestinos. O mais velho dêles, Frederico, ingressou na diplomacia, onde fêz carreira brilhante; Septimus James sucedeu ao pai na direção da Casa; Oscar tornou-se médico e professor de renome; e Antônio, engenheiro e "globe-trotter". As filhas — Maria e Flora — casadas, dedicadas espôsas e mães, têm sempre vivas na lembrança as imagens da sua infân-cia e adolescência.

Havia uma tradição na Casa Ingleza, que era a de convidar os freguêses mais categorizados e mais antigos, para compartilharem, como amigos, da refeição familiar. Na mesa farta e bem arranjada, a longa toalha de linho imaculada, o Sr. James sentava-se à cabeceira, a espôsa ao lado: depois, por ordem de importância instalavam-se os convidados e, finalmente, tomavam lugar os jovens e as crianças. A criadagem, bem treinada, trazia os pratos em finas travessas. Ao dono da casa cabia servir os salgados; à dona da casa, as sobremesas. Tudo se processava num ritual invariável, porém sempre havia o imprevisto dos gestos canhestros dos convivas menos refinados.

Às vezes, aqueles homens, provenientes dos mais recônditos sertões, não sabiam sequer utilizar corretamente os talheres; outros embaraçavam-se quando lhes trocavam os pratos e, não raro, alguns chegavam a escarrar e cuspir no assoalho polido... Das suas posições de destaque, os pais não permitiam um sorriso sequer aos filhos; e quando percebiam uma faísca de zombaria nas pupilas da juventude, bastava um ligeiro franzir de testa, para que se reservassem os comentários e as irreverências para depois...

Quando da comemoração do centenário de James Frederick Clark, em 1955, erigiram-lhe uma estátua, na avenida principal de sua cidade adotiva: Parnaíba. O pedestal do monumento representa um tronco de carnaubeira; sôbre êste, o busto do homenageado é envolvido por duas fôlhas da mesma planta, esculpidas em bronze — e que o abraçam e envolvem, de um modo carinhoso e amigo, como a agradecer-lhe a descoberta do seu verdadeiro valor. Efetivamente, foi James Clark quem patenteou ao Ocidente as possibilidades industriais da cêra da carnaúba — hoje tão preciosa, para a fabricação de graxas, discos e explosivos de alta potência, decisivos na obtenção da vitória aliada sôbre as fôrças nazi-facistas.

De longa data, já os caboclos piauienses utilizavam a cêra de carnaúba, na fabricação de velas para uso doméstico, e empregavam-na, em forma de pó, para lustrar objetos. James Clark remeteu amostras dela para a Rússia, nos fins do século XIX; depois para a França, Inglaterra, Holanda e Alemanha. A primeira partida comercial seguiu para a Europa em 1894.

A "Casa Inglesa" — hoje "Estabelecimentos James Frederick Clark" — introduziu, no Piauí, o primeiro automóvel, o primeiro motor, o primeiro trator, a primeira perfuratriz e o primeiro jipe. Forneceu energia elétrica a mais de 150 municípios do Piauí e Maranhão, e diversifica atualmente as suas atividades em empreendimentos comerciais, agrícolas, industriais e financeiros, na crença firme de que são promissoras as perspectivas econômicas da região.

* * *

Também acreditava no Piauí e nas suas possibilidades, o Dr. Antônio José de Sampaio Castello Branco. Era ele descendente de um ramo da família Castello Branco que se notabilizou por sua inteligência e preparo, sendo intimamente ligado à tradicional fazenda Ininga, situada no Município de José de Freitas; onde o leito do riacho era forrado de fôlhas de Flandres, para que, à hora do banho, os pés das Sinhãzinhas não pisassem na areia...

Da Ininga, a casa de residência é um monumento: tem 16 quartos e diversas salas e varandas; é toda construída em pedra, e suas paredes medem mais de um metro de espessura. Foi bêrço de uma boa parte dos descendentes do seu fundador, o pai do Dr. Antônio José. Com sua beleza paisagística, com a majestade simples de suas linhas autênticas, a Ininga tem inspirado a poetas e, atualmente, pertence ao Senhor Gil Borges Castello Branco, residente em Terezina.

O Dr. Antônio José de Sampaio Castello Branco formou-se na Suíça, na Swiss Federal Polytechnical School at Zurich, nos cursos de engenharia, artes e manufaturas, doutorando-se em ciências físicas e naturais. Falava, com perfeição, seis idiomas. Regressando da Europa, foi nomeado Professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, porém demitiu-se pouco mais tarde, desejando empregar os seus esforços em trabalhos práticos, que julgava indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil. Com tal intuito, arrendou as fazendas nacionais, no Piauí, iniciando obra de grande vulto para o progresso da região. Em 1897, fez construir, às suas expensas, uma fábrica de manteiga e queijo na fazenda Campos; e introduziu magníficos touros da raça Sinmenthaler nos rebanhos locais, melhorando-os extraordinariamente. Era um sonhador, que julgava ilimitadas as possibilidades geo-econômicas do seu torrão natal.

tos de Estado. Confirmando a vocação liberal e abolicionista da sua família, pelos íntimos conciliábulo do confessorário, não teria sido elle o arquiteto da Lei Áurea?

IX

Ao visitante que chega à capital do Piauí, causa estranheza a denominação da sede do Governo Estadual: Palácio do Karnak. Entre nomes bem brasileiros, como Aclamação, Princesas, Liberdade, Piratini, Laranjeiras, Esmeraldas, Ingá, etc., com que são batizados os diversos palácios estaduais, é realmente curioso aquêlê Karnak nordestino.

Mais curioso é, porém, o fato de que, sendo embora um Karnak excrescência histórica no solo piauiense, pode-se contudo, traçar analogias entre certas particularidades regionais, que caracterizam o Nilo e o Parnaíba.

Em certa noite cálida, quando as estrêlas pareciam muito altas no céu límpido, atravessávamos numa canoa o Parnaíba. Numa das margens grassava um incêndio por entre casas de palha, à beira do rio. Os reflexos vermelhos das labaredas, o silêncio quebrado pelo bater dos remos nas águas mansas, as silhuetas escuras dos canoeiros de torso nú, o calor morno e perfumado com um cheiro de humidade e capim fresco — até a ribanceira baixa e esbranquiçada, tudo aquilo me fazia lembrar antigas leituras acêrca da terra dos faraós. Como o Nilo, também o Parnaíba é uma bênção, na região semi-árida que o seu vale delimita; e como do Nilo, dêle partem rampas de acesso a terras mais altas nas chapadas da Ibiapaba, que seria a Núbia indígena.

* * *

O Karnak foi, antes de ser transformado em Palácio do Governo, a chácara de residência de Mariano Gil Castello Branco, o Barão, figura eminente de pecuarista e homem político de rara inteireza e dignidade. Foi chefe do Partido Liberal em seu Estado, de que veio a ser Vice-Governador. Proprietário e fundador dos jornais "A Reforma" e o "Democrata", influiu decisivamente nos mais importantes acontecimentos da região, nos fins do século XIX.

Do Barão de Castello Branco, refere o conferencista, escritor e memorialista Cristino Castello Branco: — "Quase diàriamente pe-

la manhã, nas ruas de Terezina, num cavalo bem ajaezado, via-se a figura aristocrática do Barão de Castello Branco. Fazendeiro, sem estudos superiores, Mariano Gil Castello Branco tinha, entretanto, o discernimento e a compostura suficientes para não deslustrar o título que lhe conferira o segundo Imperador. Conduzia-se nobremente na vida, como chefe de família, político e um dos grandes pecuaristas no Piauí”.

Era homem extremamente consciente das suas responsabilidades, e possuía um coração generoso e compassivo. Todos os que o conheceram são unânimes em louvar-lhe a generosidade para com os pobres, chegando a manter, numa ala do Karnak, uma espécie de dispensário-hospital para os necessitados, e o fazia às suas próprias expensas! Como senhor de fazendas numerosas, ia a cavalo, todos os anos, às suas propriedades, partilhando escrupulosamente as crias com os vaqueiros, de acôrdo com o estipulado nos contratos verbais. Interessava-se pela saúde e pelos problemas dos seus subordinados, e fornecia-lhes dinheiro, pois, sendo de trato lhano e compassivo, possuía os melhores sentimentos de piedade cristã. Não houve estabelecimento de caridade, que não fôsse generosamente dotado pela sua bôlsa, em Terezina, nem desvalido da sorte que não fôsse atendido pelo magnânimo Barão e sua caridosa espôsa.

Por Decreto Imperial assinado a 2 de outubro de 1889, foi agraciado com o título de Barão de Castello Branco, em recompensa aos muitos serviços que prestou ao Piauí. Não pleiteou a honraria: esta lhe foi espontâneamente concedida pelo Imperador, em reconhecimento, sobretudo, da generosa doação que fizera aos Correios e Telégrafos, entregando-lhes, gratuitamente, os postes necessários à extensão de linhas telegráficas pelo interior do seu Estado. Nada quis receber em trôco das madeiras de lei que mandara derrubar e cortar, e D. Pedro II houve por bem conceder-lhe o baronato, que foi o último outorgado na história do Império. Mariano Gil ainda quis recusar o título, pois sempre fôra avêssô a vaidades. Com a proclamação da República, porém, absteve-se de tal gesto, que poderia parecer menosprêzo pelo governante deposto. Escolheu, para seu brazão as armas, o mesmo que D. Francisco, seu antepassado, ostentara em Portugal: em campo azul, um leão dourado, linguado e lampassado de vermelho.

Com tanto desprendimento, o Barão que fôra um homem rico, deixou fortuna modesta aos seus filhos. O Govêrno do Piauí adquiriu o Karnak, e acrescentou, à arquitetura primitiva, um pórtico de linhas egípcias. Alguns ornamentos do tempo do Barão ainda enfeitam o atual Palácio como um belo espêlho de cristal, com moldura dourada. Seu caráter e seu nome até hoje são lembrados e reverenciados, especialmente pelas instituições piedosas e caritativas, às quais subsidiou particular e generosamente.

* * *

Sôbre patriótico desprendimento, muitos Castello Branco poderiam ser apontados como exemplos às novas gerações brasileiras. Generosidade que é, às vêzes, registrada na História da Pátria — como o caso do oferecimento feito por D. Joaquim Bemarda de Abreu e Silva Castello Branco, a Pedro I, de todos os seus haveres, para a causa da Independência.

Como resultado desta ausência de ambição, mas também como consequência de imprevidência, e falta de sorte aliada à carência de instrução, alguns descendentes de D. Francisco viram-se reduzidos a extrema pobreza. Uns venceram-na com a associação da fôrça de vontade à pertinácia e ao amor aos estudos; outros, humanamente fracos e visceralmente boêmios, passaram à situação de dependentes, em relação aos seus parentes, mais afortunados.

Foi o caso de Chico Vaz. Provinha êle de pais abastados; porém, de insucesso em insucesso, restou-lhe um pedacinho de terra, no lugar chamado Santa Maria. Quando cheguei a notar-lhe a presença, era um homem trêmulo, vencido pela cachaça e pela verminose.

Habilíssimo em mecânica, fôra dotado de inteligência prodigiosa. Meu avô, Domingos Pacífico — homem culto, que tendo estudado em Bonn e em Londres, preferiu ser fazendeiro tôda a vida, por vocação e amor — não se cansava de elogiar-lhe a rapidez de raciocínio e a precisão da memória. Porém a falta de oportunidade e de estímulo, e o vício da bebida, fizeram do pobre Chico Vaz um vencido. Quando não estava embriagado, costumava aparecer na fazenda Santa Cruz, onde a mesa farta era franqueada aos parentes e amigos. Mesmo com a morte de Vovô, continuava a freqüentar a casa, com assiduidade, prestando ocasionalmen-

te pequenos serviços. Cuidava de que não faltasse água nas torneiras — e era o único a entender os caprichos do “burro”, o motorzinho que levava a água até o alto do morro.

Certa vez, esperávamos a visita do Senhor Arcebispo do Maranhão, Dom José Delgado, que iria demorar-se entre nós por alguns dias. Tradicionalmente, desde longa data, os prelados maranhenses têm ido conhecer e fruir da hospitalidade daquele solar vetusto. Abrem-se os baús e os armários; e tudo reluz na azáfama de bem receber e bem hospedar os visitantes.

Ultimavam-se os preparativos. Dom Delgado chegaria, dentro em breve. Os móveis antigos reluziam; a geladeira abrigava cremes e pudins; no petisqueiro havia bolos com fartura. As rêdes, luxuosas e perfumadas, esparziam um cheiro de jasmims, nos quartos arranjados com capricho. Nos fotomobiles colocaram-se velas, pois a iluminação a carbureto apenas servia às varandas, ao corredor e ao salão. Tudo ponto — e o “burro” enguiçou!

Sem “burro” não haveria água. Água, só no riacho, lá no pátio, com a longa rampa de permeio. Um “positivo” seguiu para a Santa Maria, em busca do Chico Vaz, o mecânico intuitivo que era o senhor dos segredos da máquina caprichosa.

E o Chico Vaz estava no maior pileque do mundo... Nem café amargo, nem sinapismos — ele continuava na rêde suja, na casa semi-arruinada, a curtir, de bôrco, a bebedeira. Já ao longe, na chapada, roncavam os carros da comitiva arqui-episcopal. Água gelada no Chico Vaz! Abriu um ôlho. Levaram-no para o banho frio. Mergulhos e café — e ele pôde ficar de pé. Explicaram-lhe o caso. Resmungando com aquela gente que não o deixava em paz, que nada queria do mundo senão dormir sossegado, Chico Vaz deu umas pancadinhas no motor, pôs uma graxa aqui, outra acolá — e pronto! O “burro” começou a trabalhar!

Chico Vaz morreu, há alguns anos, na maior pobreza, opilado e solitário; porém, mesmo na degradação do vício que o consumiu, foi sempre dedicado e amigo. Era um infeliz — e a infelicidade não é estigma.

* * *

Outros membros da família Castello Branco, além de Mariano, Gil, e também descendentes de Dom Francisco, foram agraciados com títulos de nobreza. Ocorrem-nos:

João Nepomuceno de Castello Branco a quem, em 1817, foi concedida carta de braço d'armas e fidalguia;

Augusto da Cunha Castello Branco, que foi Barão de Campo Maior, e Coronel da Guarda Nacional por decreto imperial de 16 de janeiro de 1875;

João da Cruz Santos — casado com Dona Verônica Castello Branco da Cruz Santos — Barões de Urussuhy, por Decreto Imperial de 2 de outubro de 1889.

X

Em 1926, sete homens ilustres do seu tempo, descendentes de Dom Francisco da Cunha Castello Branco, reuniram-se no exaustivo propósito de relacionar, em um livro, ascendentes e descendentes do fidalgo português. São os "Apontamentos Genealógicos de Dom Francisco da Cunha Castello Branco — seus Ascendentes e Descendentes", que fizeram editar, a fonte clássica para a identificação dos membros da família Castello Branco, originária do Piauí no século XVII, e que se espalhou por todo o Brasil. Na "Advertência" do seu trabalho, os autores fazem ver que "não é a vaidade de em público ostentarmos fóros de grandeza e fidalguia, que nos move a dar à estampa as presentes notas" mas visam tão somente a "oferecer aos leitores... apontamentos interessantes sobre a família Castello Branco". E concluem: "Do estudo que fizemos, chegamos a conclusão de que ela (a família) é a mesma de igual nome, tão antiga e conhecida em Portugal..."

Com efeito, já no século XIV, diziam dela os cronistas que "lograva uma antiga varonia". E Antônio de Villas Boas e Sampaio, em obra publicada no século XVII (1676) afirmava: "Hé das Famílias illustres de Reyno, & antiga. Tem as Casas dos Condes de Villanova, Sabugal & Pombeiro". "Procedem de D. Gil Rodrigues de Castelbranco, senhor de Tormon, & das Fortalezas de Castiel, & Adamus no Reyno de Aragão".

Até a vinda de D. Francisco para o Brasil (1690), entroncavam-se com os Castello Branco, as notáveis famílias de Cunha, Souza, Meneses, Vasconcellos, Alcoforado, Lima, Valladares e Silva, tôdas antiquíssimas e fidalgas, remontando até o próprio rei Teodoro (ou, Theodorico — 451 A. D.) Nesta linhagem

que se confunde com a origem dos reinos ibéricos, repontam algumas figuras singulares como a rainha Clotilde, filha de Clóvis de França e Santa Clotilde; Hermenegildo, que foi martirizado em 586, era príncipe de Espanha e foi canonizado; a princesa Flávia Juliana, sobrinha do Imperador Maurício, do Oriente vários reis de Astúrias, Leão e condes de Castela; e uma sucessão de Gonçalo, Martins e Fruelas — todos “Ricos Homens de Sangue, com Pendão e Caldeira”.

Não é pois de admirar que, por várias vêzes, na História do Brasil Colônia os Castello Branco tenham sido designados, por monarcas diversos, para o desempenho de elevadas funções no Além Mar. Estes, porém, a que hoje nos referimos, formam linhas paralelas à descendência de D. Francisco — brasileira e, depois também republicana — pois voltaram para Portugal e, com raras exceções, aqui não deixaram descendentes.

Cronologicamente, porém, e como curiosidade, informamos que o primeiro Castello Branco a pisar terras brasileiras, foi o “Fidalgo de Alta Linguagem” — no dizer do historiador — D. Simão de Castello Branco, que aqui desembarcou na condição de degredado (1530-1550). Do Brasil, levaram-no para as Índias, onde faleceu, sem ter voltado a Portugal.

Em 1615, na contingência de ocupar a Amazônia, fronteira natural das possessões ibéricas no continente — pois Espanha e Portugal tinham as coroas reunidas, depois de Alcácer-Kibir — coube a Francisco Caldeira Castello Branco a incumbência de fundar, no estuário do Rio-Mar, um núcleo de povoação e um forte. Capitão veterano de lutas passadas, tendo combatido os franceses no Maranhão e ocupado a capitania do Rio Grande do Norte, Caldeira Castello Branco propôs-se ao largo, chefiando três caravelões de 150 homens. Partiram de São Luiz em 25 de dezembro de 1615; somente a 12 de janeiro de 1616 fundearam na Baía de Guajará. Numa ponta de terra foi construída a fortificação do “Presépio”; e nasceu, aos seus pés, uma povoação que foi posta sob o orago de Nossa Senhora de Belém.

Até 1618 estêve Castello Branco no Pará. Por motivo de desentendimento entre seu sobrinho Álvaro e os chefes militares que comandava, foi prêso e enviado para o Reino. Não deixou descendentes, ao que se saiba. Os Castello Branco que vivem na Ama-

zônia são, em maioria, filhos ou netos do Barão de Castello Branco. Entre estes, o Dr. Heitor de Castello Branco, jornalista, professor da Faculdade de Direito do Pará, Procurador Geral do Estado e Deputado Federal em várias legislaturas.

Em 1727, o Sargento-mor Francisco de Mello Palheta Castello Branco foi destacado para ir à Guiana Francesa tratar de certas questões de limites territoriais. Esta a sua missão oficial, junto a Claude d'Orvilliers, governador da Colônia. Porém, ia Palheta ciente também de que "se acauzo entrar em quintal, jardim ou roça ahonde houver café, com pretexto de provar alguma fructa, verá se póde esconder algum par de graos com todo o disfarce e com toda a cautella'.

Castello Branco procurou cumprir à risca o que lhe fôra recomendado — e, com a cumplicidade da própria Madame d'Orvilliers a quem seguramente impressionara, o sargento-mór conseguiu contrabandear umas poucas mudas de café, na sua bagagem, ao regressar.

No caminho para o Brasil, faltavam ventos propícios à nau em que viajavam Palheta e os seus cafeeiros. A água escasseava. E a tradição nos conta que, com infinito cuidado, Castello Branco regava as mudas tenras, partilhando com elas a ração que lhe cabia.

Aquelas plantas conseguiram sobreviver: — foram os primeiros dos milhares de cafeeiros que o próprio Sargento-Mor haveria de cultivar, em terras de sesmaria que lhe foi concedida pelo Governo do Grão Pará, sem dúvida uma das mais antigas fazendas de café do País.

Graças à sagacidade de Francisco de Melo Palheta Castello Branco, foi assim introduzido entre nós o cultivo da "cofea arábica" — lendária nas suas origens na história do pastorzinho e das cabras, e também lendária nos seus começos românticos, em terra brasileira.

Durante os séculos XVII e XVIII muitos foram os Castello Branco que atravessaram o oceano, a servirem os interesses portugueses no Além Mar.

Assim é que em 1681, era Governador das Minas o fidalgo Dom Rodrigo de Castel Branco, quando Fernão Dias Paes Leme e seu genro Manuel Borba Gato vieram a descobrir importantes

minas na região do Rio das Velhas. A nova do sensacional achamento correu pelas trilhas e pelos socavões mais ínvios, e chegou ao conhecimento do Governador. D. Rodrigo, que então se encontrava em Paraopeba, dirigiu-se ao local onde acampara Borba Gato que, como os demais bandeirantes, procurava fugir, quando possível, à fiscalização e cobrança de impostos da Coroa.

No ciclo áureo do bandeirismo e da mineração, era frequente que os reis de Portugal concedessem foros de autonomia aos chefes de expedições descobridoras, outorgando-lhes amplos poderes com a finalidade de estimular-lhes a audácia. Fernão Dias requereu e teve o título de Governador das Esmeraldas, quando estas ainda nem tinham sido descobertas — como na verdade jamais o foram. Sentindo aproximar-se a morte, o bandeirante, enganado pelas turmalinas que achara, transmitira a seu genro e companheiro de empreitada, Borba Gato, o título e o comando dos homens da bandeira.

Dom Rodrigo de Castel Branco, deslocando-se de Paraopeba chegou ao lugar denominado Sumidouro, onde se deteve. Aí foi procurá-lo Borba Gato, que o pôs ao corrente das instruções que recebera do seu falecido sogro, e de como o substituiria, como “Governador das Esmeraldas”. Travou-se longa discussão, exigindo o fidalgo que lhe fossem entregues “armas e munições da bandeira”, afim de poder chegar às minas sem perigo; Borba Gato negou-se a obedecer a Castel Branco, alegando ser ele, também, sucessor de titular regularmente nomeado pelo rei, e afirmando as armas e munições não lhe pertencerem, mas sim à bandeira.

O atrito entre os dois homens atingiu a sérias proporções. Numa entrevista que tiveram no lugar que veio a denominar-se Alto do Fidalgo, Dom Rodrigo foi morto por Borba Gato que “se precipitou arrebatado de furor”, dando em Dom Rodrigo “um violento empuxão que o deitou ao fundo de uma cata, na qual caiu morto”.

Depois do trágico desfecho da disputa, seguiram-se ásperas lutas entre os homens do Borba e os do fidalgo. O bandeirante teve de refugiar-se nos sertões de Piracicaba e do rio Dôce, “indo viver entre os índios dos quais se fez chefe respeitado e estimado. A gente da sua bandeira e os que acompanhavam Dom Rodrigo, disper-

sando-se por aquêles socavões, com armas e gados, foram os primeiros povoadores das localidades marginais do rio das Velhas até o São Francisco”.

Na Bahia, também os Castello Branco estiveram presentes, pelo Desembargador Unhão de Castello Branco, da Côrte de Justiça da Cidade do Salvador, primeira Capital do Brasil Colonial. O chamado “Solar do Unhão”, onde atualmente está instalado o Museu de Artes Populares, foi a residência do magistrado português, depois de ampliada e remodelada pelos seus adquirentes, membros da Casa da Torre de Garcia d’Avila, que lhe deram a feição que hoje apresenta.

No Rio de Janeiro, no Palácio da Conceição, foram inhumados os restos mortais de D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castello Branco, sétimo bispo daquela diocese e primeiro bispo brasileiro e nascido no Brasil, em 23 de agosto de 1731, e batizado na freguezia da Candelária. Estudou em Coimbra, onde obteve o grau de licenciado em cânones, e tomou ordens sacras. Aos 43 anos de idade, empunhou o báculo pastoral sucedendo a D. Antônio do Destêrro.

D. Castello Branco promoveu no clero o estudo da teologia moral, que fez ministrar no Seminário de São José. Abriu, ali, aulas de retórica, filosofia, cosmologia e história natural, franqueadas ao público; também estimulou o ensino de liturgia e canto chão. Lançou a primeira pedra do novo templo da Candelária.

Sua mãe residia no local da atual Praça Mahatma Ghandi, nas proximidades da Cinelândia — e o lugar foi, durante muitos anos, denominado Largo da Mãe do Bispo, por sua causa. Contudo, não se conhecem mais descendentes desta senhora.

Ainda um registro histórico: foi Governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Dr. Antônio José de Castello Branco, no primeiro quartel do século XIX. Após a Independência, regressou a Portugal com a família.

Uma curiosidade interessante diz respeito à assinatura aposta, na ata de posse de Dom Marcos de Noronha como Primeiro Governador e Capitão General das Minas de Vila Boa de Goiás, por Francisco da Cunha Castello Branco. Seria o mesmo Francisco da Cunha que, alguns anos mais tarde, requererá a Justificação de

Fidalguia em Campo Maior? E' provável que sim, e que tenha integrado e comitiva do Conde dos Arcos, que se transferia de Pernambuco para Goiás.

* * *

Em 1935, chegou ao Rio de Janeiro Dom Antônio de Castello Branco, Conde de Pombeiro, nobre português amigo da família de Orleans e Bragança, da casa Imperial brasileira. Dom Antônio transferia-se para o Brasil como administrador da Fazenda Imperial de Petrópolis, tendo direito ao recebimento de fôro, por cessão de domínio.

Outros portugueses da família Castello Branco também se transportaram para terras brasileiras: em Minas Gerais, na Bahia, no Estado do Rio, eles são numerosos.

Porém os Castello Branco, de tradição histórica, que viveram todos os lances da colonização à industrialização de nossa Pátria, são inegavelmente aquêles que se irradiam do Piauí e, perfeitamente integrados na mística da brasilidade, formam uma unidade expressiva, em consangüineidade e formação moral e cívica.

Contudo, a numerosa e operosa descendência de famosa matriarca mineira — Dona Joaquina Bernarda de Abreu e Silva Castello Branco — de tal maneira está ligada à vida política das Alteirosas, que merece referência especial.

* * *

Em meados do século XVIII veio, como Governador e Capitão General das Minas Gerais, Dom José Luiz de Meneses Abranches Castello Branco e Noronha. Conde de Valladares. Trouxe consigo seu primo e amigo, o Dr. Jorge de Abreu Castello Branco — advogado que se estabeleceu em Mariana, vindo a casar-se com Dona Jacinta Tereza da Silva. Na mesma época, chegava a São Luis do Maranhão, como Governador da Província, o Dr. João de Abreu Castello Branco, que ali permaneceu de 1737 - 1747.

Uma das filhas do casal Jacinta-Jorge foi Dona Joaquina Bernarda de Abreu e Silva Castello Branco, a depois legendária Dona Joaquina do Pompéu.

Consta que Joaquina Bernarda foi dama de formosura invulgar, bem assim como sua irmã, Eufrásia. Um certo Capitão Inácio de Oliveira Campos apresentou-se como pretendente à mão de Eu-

frásia que, não obstante, já estava comprometida. Para resolver a pendência, alvitrou-se a realização de um duelo entre os admiradores da jovem, que há pouco completara os seus quatorze anos.

Ciente da rivalidade, o Dr. Jorge, pai das meninas-môças Eufrásia e Joaquina, convidou a ambos os pretendentes para um jantar em sua casa — e apresentou-lhes a nova flor da sua estirpe, de doze primaveras. Encantado com as graças de Joaquina, o Capitão Inácio rendeu-se aos seus encantos, e as duplas bôdas puderam ser celebradas, na maior harmonia.

Inácio de Oliveira Campos foi um dos desbravadores dos sertões compreendidos entre os rios das Velhas, Paranaíba e Douros. Possuía vastas propriedades, que foram sendo ampliadas, vindo a formar um verdadeiro feudo: a fazenda do Pompéu Velho. No seu imenso solar — que possuía 70 quartos, e uma sala de jantar para cem pessoas, que podiam assentar-se ao redor de uma só mesa maciça, de peroba — nasceram os dez filhos de Inácio e Joaquina. Na descendência dêste casal, estão relacionados muitos dos mais ilustres homens de Minas Gerais, na sua vida política e intelectual. Entre outros, os senhores Benedito Valadares, Afonso Ariens, Vasconcelos Costa, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Na vida de Dona Joaquina Bernarda de Abreu e Silva Castello Branco há episódios notáveis. Ela mesma julgava, punia e absolvia, nas questões que lhe eram apresentadas. Era mulher de gênio forte e autoritário, e possuía enorme tino comercial. Chegou a possuir quarenta mil cabeças de gado vacum; no seu inventário, estão relacionados noventa e cinco mil alqueires geométricos de terras.

Em 1790, Dona Joaquina requereu, ao Governador de Vila Rica, licença para andar armada — e obteve-a. Ao sair em viagem, levava consigo a sua escolta: o que bem nos dá uma visão da insegurança das estradas, e da fama de riqueza e poder que aureolava a senhora de Pompéu Velho.

Sendo valente, ela também sabia ser compassiva. Certa ocasião, da janela do seu sobrado — que dominava léguas em redor — ela viu que três soldados iam conduzindo um prêso a quem açoitavam. Aquilo desagradou à senhora que, mesmo para com seus escravos, era enérgica, porém caridosa. Mandou que um emissário convidasse os soldados para almoçarem em sua companhia — quan-

ta honra! E enquanto os desvanecidos milicianos deslumbravam-se ao espetáculo das baixelas e ao sabor dos vinhos finos, alguém cortava as algemas do prêso que, alimentado e bem provido de alguma roupa e dinheiro, pôs-se em fuga, eternamente grato à Dona Joaquina, e seu servo até à morte.

O episódio valeu uma denúncia contra a senhora de Pompéu — porém foi absolvida... e como não? De outra feita, observou que uma escolta de feitôres maltratava os escravos que conduzia, rumo ao Oeste. Não hesitou: fêz distrair, mais uma vez, a atenção dos guardas, e libertou os pretos.

Quando, em 1822, Dom Pedro proclamou a Independência, Dona Joaquina escreveu pessoalmente ao Imperador, pondo à sua disposição todos os seus haveres, para a causa da liberdade da Pátria. Dom Pedro tornou-a ciente de que aceitava uma contribuição em gado. Dos confins das Minas Gerais, então, partiram tropas, levando manadas conduzidas por escravos fiéis, enfeitados de laços verde-amarelos, com destino à Bahia. Lá, as reses iam alimentar as tropas nativistas que lutavam contra os portugueses do General Madeira. Dêste gado, Dona Joaquina não quis receber, em pagamento, um só real.

Do majestoso e impressionante solar de Pompéu, ainda restam algumas ruínas. Atrás de uma suave ondulação, da capela e do cemitério — e das sombras das gameleiras seculares, que vicejam, incólumes — vem uma sugestão de coisa morta, porém não de todo perdida na memória do tempo.

XI

Tem-se observado que o mais expressivo contingente das forças armadas brasileiras — e em especial, do exército — é proveniente dos Estados do Sul e do Nordeste.

A situação geográfica do Rio Grande do Sul, as circunstâncias da sua formação histórica, a sua posição de estado limítrofe com uma zona de caudilhos e revoluções, explica perfeitamente a vocação militar dos gauchos. Porém, no Nordeste, ao que parece a motivação de seus filhos para as armas tem origens mais complexas.

Para o fato de os Castello Branco serem tão numerosos nas Fôrças Armadas — e mais que tudo no Exército e na Marinha — há muitas explicações. Em primeiro lugar vem, sem dúvida, uma antiga tradição de família, que data de Portugal, onde os fidalgos de sua casa participaram de jornadas históricas, tais como a de Tânger (1553) e Alcácer Kibir (1578). No Brasil, as atribuições da colonização regional, conforme verificamos, armaram os Castello Branco nas lutas contra o gentio. Radicados de longa data em suas terras, nos episódios da Independência e da Balaiada foram êles bater-se pelas suas concepções de nacionalismo e de ideologia política. Na guerra do Paraguai, os mais poderosos chefiaram os seus parentes em batalhões de Voluntários. E, na República, ao chamamento vocacional e familiar, surgiu mais outra motivação para que tantos Castello Branco se tenham dedicado à vida militar: o empobrecimento geral do Nordeste, e notadamente do Maranhão e Piauí.

Aquelas regiões, em consequência de administrações desastradas, de lutas políticas provincianas, perderam os seus melhores valôres intelectuais, como ainda hoje os têm perdido, embora em menor escala. De estados prósperos, transformaram-se no “Meio Norte”, de menor renda per capita do País. E muitos Castello Branco, desejosos ainda de mandarem instruir os seus filhos, chefes de família empobrecidos, viam na carreira militar uma saída honrosa para o impasse. Inúmeros foram os rapazes que, então como hoje, das mais distintas famílias do Nordeste, são encaminhados pelos pais para a carreira militar — com boas escolas, despesas reduzidas e emprêgo garantido — e ainda com status social compensador. Regra geral, tornam-se excelentes oficiais, apreendendo a mística da profissão e transformando-a em sentido do dever, que cumprem com dedicação e reconhecimento.

Foram duas as maiores guerras em que o Brasil se empenhou contra potências estrangeiras: a guerra do Paraguai, e a 2ª Grande Guerra Mundial.

Em ambas, a família Castello Branco esteve representada numérica e expressivamente.

Na primeira, vimos como Pacífico da Silva Castello Branco partiu, com seu Corpo de Voluntários, do Piauí para o Sul, a lutar contra o inimigo.

Da batalha de Tuiuti até a de Lomas Valentinas (quando morreu), brilhou a estrêla de Antônio Lopes Castello Branco sobrinho, de quem escreveu Dionízio Cerqueira, em suas "Reminiscências":

"Ninguém, no Exército foi mais bravo do que Antônio Lopes Castello Branco: caiu no campo de honra, como um herói, traçando um sulco de glória para a Pátria com sua espada, que lá ficou abandonada também". No mesmo local, igualmente morreu em combate seu irmão Pórcio, também proveniente de Campo Maior, no Piauí.

Da vila de Barras do Marataoan, seguiram três primos e amigos para as fronteiras do Sul: Theodoro de Carvalho e Silva Castello Branco, Hermínio e Eudoro de Carvalho Castello Branco.

Theodoro era filho daquele fascinante Leonardo de Nossa Senhora das Dôres. Como o pai, êle também foi soldado e poeta; seu livro de versos, a "Harpa do Caçador" reune algumas das suas melhores produções.

Eudoro era filho de Mariano, o legalista da guerra dos Balaios. Não desmereceu a bravura do seu progenitor: em combate, recebeu as medalhas do Mérito e de Campanha; e foi agraciado com a Ordem do Mérito e com as insígnias de Cavaleiro das Ordens de Cristo e do Cruzeiro. Também costumava cultivar as rimas.

Hermínio era o mais môço dos três barrenses; foi o último a partir para a frente de batalha: teve de aguardar completar 18 anos para poder alistar-se. Voltando ao Piauí, após desenganjar-se, publicou "Ecos do Coração" e "Lyra Sertaneja". Poeta de rara espontaneidade, foi o Catulo do século XIX — e suas estrofes, até hoje, ainda são recitadas de memória, pelos cantadores das vaquejadas e das feiras do sertão.

Também Sérgio Tertuliano Castello Branco tomou parte na Campanha do Paraguai. Ao findar a guerra, era tenente, pôsto que alcançou pela bravura em combate. Chegou a Coronel, no govêrno Floriano Peixoto, contra quem se rebelou, a despeito de serem amigos pessoais. Foi fuzilado por ordem do Marechal de Ferro, que teria, à última hora, mandado sustar a execução, porém a contra-ordem foi expedida demasiado tarde. Deixou filhas menores, uma das quais foi a mãe do futuro General Newton Castello Branco Tavares, veterano da II Guerra Mundial.

Nos campos da Itália, mais dois Castello Branco estiveram presentes: Manoel Thomaz Castello Branco, então Capitão; e o Tenente-coronel (hoje Marechal) Humberto de Alencar Castello Branco.

Na Marinha, o Capitão Tenente Hélio Gusmão Castello Branco, morreu quando o "Bahia" foi torpedeado; e o hoje Vice Almirante Hélio Gonçalves Castello Branco foi dos que garantiram a integridade do litoral brasileiro, em incessante patrulhamento durante todo o período de beligerância contra as Nações do Eixo.

No começo do século, dois irmãos, atingiram os mais elevados postos na Marinha de Guerra: Tibério e Francisco Burlamaqui Castello Branco. Este último foi escalado, em 1910, quando Capitão de Mar e Guerra, para receber na Inglaterra o Cruzador Minas Gerais — o maior e mais moderno no gênero, àquela época — e trazer para o Brasil o Marechal Hermes da Fonseca que estava na Europa e, presidente eleito, vinha assumir a Suprema Magistratura da República.

Na Marinha de hoje, uma brilhante oficialidade mantém a tradição militar da família: Haroldo Lívio Castello Branco, João Manuel Castello Branco Nascimento, Cesar Murilo de Castello Branco, Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira, Paulo Vianna Castello Branco, sendo, o último, filho do Presidente da República.

O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco é também filho de um militar probo dedicado à profissão e intransigente no cumprimento do dever: o General Cândido Borges Castello Branco.

Nasceu Cândido a 30 de junho de 1860, em Campo Maior; era descendente, em 7ª geração, por seu pai, e em 6ª geração, por sua mãe, — (pois êles eram primos) — de D. Francisca da Cunha Castello Branco.

Seu pai, Francisco Borges de Carvalho, era Alferes da Guarda Nacional; casou-se com D. Beatriz Virgínia de Castello Branco, de quem os diários de família dizem ter sido "a mulher mais bonita de Campo Maior". D. Beatriz faleceu aos 27 anos de idade. O viúvo, inconsolável, a todos comoveu com a sua dor profunda: esquivou-se de qualquer companhia feminina, e passou a ter a vida de um ermitão, tendo consigo apenas os filhos varões; a única filha, confiou-a aos desvêlos de parentes dedicados.

O poeta Theodoro de Carvalho Castello Branco, impressionado pela tristeza em que vivia Francisco Borges, quando enviuvou, dedicou-lhe o soneto que transcrevemos:

“Se da espôsa fiel, na flor da idade,
Choras o prematuro passamento,
Não seja o teu pesar tão violento
Que faça-te ofender a divindade...
Ao Supremo Senhor, com humildade,
Roga que te minore o sofrimento;
Que êsse penoso e duro sentimento
Se mude nos efeitos da saudade.
Pela espôsa querida e terna amante,
— Que seja sua culpa perdoada —
Não deixes de rogar um só instante,
A fim de achar sua alma franca entrada,
E ter ao Criador sempre diante
Nessa — dos justos — eternal morada”.

Crescendo junto ao pai, sem conhecer os carinhos maternos, Cândido foi um adolescente solitário. Aos 16 anos, assentou praça, voluntariamente, na Companhia de Infantaria do Piauí, com destino ao Primeiro Batalhão, “e com pretensão de justificar-se cadete”. Em janeiro de 1877 requereu ao Juiz de Órfãos para vender 45 cabeças de gado vacum, ao preço de 9\$000 (nove mil réis), para fardar-se ao decôro”.

Seguiu para a Côrte, destinando-se à Escola Militar, em Campo Grande. Em 1884, foi promovido a Alferes de Infantaria.

No desempenho das funções que lhe eram atribuídas, Cândido percorreu todo o Brasil, quando as comunicações eram difíceis e as estradas péssimas. Na época da Proclamação da República, servia no Ceará, e foi nomeado Ajudante de Órdens do Governador do Estado. Ao deixar o cargo, foi citado na Ordem do Dia pelo “zêlo, extrema lealdade e inteligência com que se houve”.

Casou-se com D. Antonieta de Alencar, suave e delicada jovem, descendente de uma das mais ilustres famílias cearenses. O casal mudava-se constantemente, de um estado para outro. Residiram no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo.

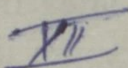
Cândido Borges foi o autor de um trabalho especializado em legislação militar: o "Consultor Militar", do qual já foram extraídas sete edições. Escreveu também, o "Vocabulário Militar" e deixou, inédito, um "Diário da Minha Viagem a Mato Grosso".

Faleceu em 1934, no Rio de Janeiro, como General reformado.

Seus restos mortais foram trasladados, anos depois, para o jazigo da família Alencar, onde repousa ao lado da espôsa, em Mecejana.

Sobrevivem-lhe os seguintes filhos:

Cândido, casado com D. Amélia Dornelles de Castello Branco; Maria de Lourdes, viuva do Major Hipólito Simões da Costa; Humberto, viúvo de D. Argentina Viana Castello Branco; Ana, viúva de Manuel Santos Dias; Beatriz, casada com o Dr. Alarico Gonçalves; e Lauro, casado com D. Iolanda Borelli de Castello Branco.



A heráldica é uma antiga e bela ciência, cuja simbologia é extremamente complexa. Originalmente, os escudos ou brasões eram usados como proteção, pelos cavaleiros medievais, nos combates e nas justas. Nos elmos, que encimavam as viseiras, um enfeite confirmava o principal elemento do brasão: o timbre.

Na Tôrre do Tombo, em Portugal, guardam-se os brasões de armas das famílias fidalgas lusitanas. Lá também se encontram representados os Castello Branco. A descrição que faz o "Armorial Lusitano" do escudo dos Castello Branco é: "Em campo azul, um Leão de ouro, armado e lampassado de vermelho. Timbre: o mesmo Leão." O que significa: sôbre superfície azul de fundo, um leão de ouro, as patas erguidas, com as unhas e a língua assinaladas de vermelho. Estas armas foram registradas no Livro da Armaria, fls. 12; no Livro 1º do Registro de Brazões de Armas da Fidalguia e Nobreza do Reino Unido e suas conquistas, a fls. 76, em 12.IV. 1817; e também a fls. 246 do Livro 15 do Registro Geral de Oeiras, a 6 VIII. 1817.

Os Castello Branco surgem na história de Portugal, com tal apelido, no século XIV, quando Vasco Paes, residindo na antiga Castraleuca dos Romanos — depois Castello Branco, na Beira Baixa — tomou-lhe o nome, devido aos notáveis feitos de armas que ali praticou. Seu descendente D. Pedro Castello Branco foi agraciado,

em 25.IX.1649 com o título de Visconde de Castello Branco, e em 6.IV.1 668, com o de Conde de Pombeiro. Era o irmão mais velho de D. Francisco da Cunha Castello Branco, que veio para o Brasil a serviço d'El Rei.

A Casa de Pombeiro, a que pertencia Dom Francisco da Cunha Castello Branco, conjugava em seu brasão três famílias da nobreza ibérica: os Castello Branco, à direita, por linha paterna; à esquerda, os Cunhas e os Souzas, por linha materna.

"Nove cunhas azuis em campo de ouro" evocam Dom Payo Guterres da Cunha, "mancebo muy de prol e grande cavalheiro", que colocava cunhas de ferro para impedir a fuga dos inimigos, nos cercos que empreendia. As armas dos Sousas lembram o Reino de Leão (Espanha), de onde procedem, desde o século XI, sendo rei Dom Affonso, o Casto: em campo de prata, Leão de púrpura. Como lema da Casa de Pombeiro, ainda o dístico: "Strenuus non indiget armis", ou seja: "O forte não necessita de armas".

Não dispôs de armas o filho secundogênito da Casa de Pombeiro na sua luta para estabelecer-se no Nôvo Mundo, uma vez que não lhe cabia nem o título, nem o morgadio por herança. Foram instrumentos de Dom Francisco apenas o seu valor pessoal, a disposição de pioneiro e a obstinação de vencer a sorte adversa, mantendo seus próprios padrões de dignidade.

O Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, é descendente, em linha dupla, de Dom Francisco da Cunha Castello Branco. Os avós do Presidente, Francisco e Dona Beatriz Virgínia, eram primos, sendo ambos netos de Dom Marcelino, que era bisneto do fidalgo português.

Procedente de uma velha estirpe de lutadores e de compar-sas em todo o desenrolar da História de Portugal e do Brasil, o Marechal Castello Branco deve encarnar a fusão das mais elevadas características dos seus ancestrais: o arrôjo de Dom Francisco e a estratégia de Dom Manuel Carvalho de Almeida; o patriotismo de Leonardo de Nossa Senhora das Dôres mais a capacidade de liderança de Lívio Lopes Castello Branco; a preocupação social do Coronel Pacífico; a cultura de Dom Doutor Miguel Borges Leal; o idealismo de Antônio José de Sampaio, acrescido do aprêço aos valôres intelectuais de Dona Torquata da Cunha e Silva; a crença

de James Clark, o inglês piauiense, nas possibilidades do Brasil; o heroísmo dos irmãos Antônio e Pórcio; talvez até o gosto pela poesia, que vem pontilhando as crônicas familiares...

Nascido no Ceará, em Mecejana — nos arredores da Lagoa da Tristeza, de Iracema — o menino Humberto escolheu a carreira militar do pai, o General Cândido, e do bisavô, o Coronel Silvestre, da Guarda Nacional.

Frequentou o Colégio São Rafael, em Fortaleza, onde ingressou “já alfabetizado”, conforme nos esclarece. Lembra-se com especial relêvo de sua professora Irmã Inez. Continuou seus estudos no Colégio Aires Gama, no Recife, seguindo depois com a família para o Rio Grande do Sul, para onde fora transferido seu pai. Ali, matriculou-se no Colégio Militar. Sempre foi aluno distinto, sobressaindo-se em línguas, História e Geografia. Era conhecido entre os colegas como “Cearense”, e gosta de evocar este período de sua vida.

Conta-nos que, em certa ocasião, devia declamar uma poesia em um dos serões literários que então se realizavam com frequência. A lembrança da sua Mecejana distante levou-o a escolher um trecho de seu antepassado José de Alencar. O Presidente, ao narrar este fato, levanta-se e vai a uma pequena estante que tem na sua sala particular do Palácio da Alvorada. De lá, traz uma miniatura da obra do romancista cearense e começa a ler com certa emoção :

— Verdes mares bravios da minha terra natal...

Acrescentando, em seguida:

— Foi este o trecho que declamei.

Quando Tenente, casou-se com Dona Argentina Vianna Castello Branco, falecida em 1963. Era ela senhora de grande distinção e formosura, pertencente a tradicional família mineira, filha do comendador Artur Vianna e irmã do historiador Hélio Vianna. Dela, há vários retratos nos aposentos do Alvorada. Um quadro, excepcionalmente feliz, retrata-a em corpo inteiro, e faz frente à mesa de refeições. Da tela emana uma sugestão de gentileza e finura, e de tranqüila bondade — que certamente foram as suas qualidades mais evidentes.

O Presidente gosta de falar na sua família. Sorri, com ternura, quando fala do netinho João Paulo, que reside em Brasília e tem a sua predileção — e diz que vai ser general, como o avô.

Tem excelente memória para nomes e pessoas; evoca diversos parentes, alguns distantes, outros mais próximos. Ao receber um exemplar do Livro "Apontamentos Biográficos de Dom Francisco da Cunha Castello Branco — Seus Ascendentes e Descendentes", revela-se interessado em fatos e crônicas familiares. Indagando das pesquisas que fazíamos, para o presente trabalho, digo-lhe que procurava fugir de datas e genealogia. Ele, porém, insiste, com o conhecimento de um historiador:

— A genealogia também tem o seu valor...

Folheando a obra — hoje uma raridade bibliográfica — Sua Excelência faz referências aos Castello Branco:

— É uma família numerosíssima. Recebo enorme correspondência, assinada pelos Castello Branco, de todos os recantos do País. Muitos me cumprimentam, outros me desejam felicidades.

Pergunto se os Alencar também escrevem.

— Decerto. Porém são em menor número...

Recordo que os Alencar também têm histórias interessantíssimas a contar. Comentamos o Diário do General Cândido, que me fôra gentilmente cedido por uma das irmãs do Presidente, para consultas. Ele me pergunta se conheço a fotografia da casa onde nascera o seu pai, em Campo Maior. E, de assunto em assunto, indago se há outros casamentos de Castello Branco e Alencar. O Presidente reflete por um momento, e confessa:

— Não estou bem certo; porém creio que não houve outro que o de meu pai e minha mãe.

Durante sua longa e brilhante carreira militar, o Marechal Castello Branco foi sempre um soldado respeitado e admirado pelos colegas e subalternos, que lhe ressaltam a inteligência e cultura, probidade e devotamento. Tomou parte destacada na campanha da Itália, onde serviu como Tenente Coronel do Estado Maior do Marechal Mascarenhas de Moraes. Foi o estrategista de Monte Castelo, Montese e La Asera, as mais brilhantes vitórias da FAB.

Como Comandante da Amazônia, com seu Quartel General em Belém do Pará, visitou 14 vezes tôdas as unidades de fronteira, desde o Forte Príncipe da Beira, no Guaporé, até Clevelândia, no Amapá. Com as tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica, realizou importantes manobras, mostrando como defender a costa norte do País e a embocadura do Amazonas.

Comandando a 10ª Região Militar, foi para o Ceará, sua terra natal, onde nunca tinha servido. Patenteando que não esquecera as suas origens, e a despeito de haver percorrido os caminhos do Velho e do Novo Mundo, o descendente de Dom Francisco foi por diversas vezes ao Piauí. Em Campo Maior, realizou manobras que reeditavam, às margens do Rio Jenipapo, o chamado “combate do Didié” — tudo dentro da melhor técnica e do mais perfeito realismo histórico. Na perseguição ao “inimigo”, foram ultrapassados, como outrora, o Surubim e o Longá... Repetindo Fidié e os seus adversários nativistas, os comandados do General Castello Branco acamparam no lugar denominado Caiçara, passando ali a noite de 13 para 14 de março de 1953.

Em 1956, como Diretor da Escola Superior de Guerra, o General Humberto levou os alunos estagiários a conhecerem Campo Maior, seus carnaubais e sua paisagem. Todos confessaram-se encantados com as largas vistas panorâmicas do lugar, e saborearam suculento churrasco de ovelha, bem como deliciosos caju. Em 1960, quando do centenário do nascimento do General Cândido, os seus filhos reuniram-se na cidade natal de seus maiores, e assistiram à missa na matriz de Santo Antônio.

Eleito Presidente da República logo após a Revolução de 31 de Março de 1964, o General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco reformou-se como Marechal, antes de empossar-se perante o Congresso Nacional, que o escolhera. Na árdua tarefa de recuperar o Brasil e colocá-lo na trilha de seus altos destinos, o Presidente não se tem poupado sacrifícios, na certeza de que esta é a sua mais elevada e penosa missão. Com a mesma tranquilidade e desprendimento com que serviu ao seu País como soldado, o Presidente Castello Branco tem pôsto os seus conhecimentos de estrategista nas lutas políticas; o seu discernimento de estudioso da História no delineamento de perspectivas futuras, a sua formação de liberal no equilíbrio que tem sabido manter como Supremo Magistrado.

Dentro de duas ou três gerações, quando forem estudados, sem paixão, os turbulentos anos de 1956 — 1966 na vida brasileira, a figura dêsse Presidente sereno e austero há de emergir com toda a sua grandeza de estadista e sua inteireza de caráter. Um Presi-

dente nacional, pela sua formação de menino e de adolescente a conhecer e a amar o Brasil de Norte a Sul; e pela sua preocupação de corrigir distorções e enfrentar a verdade brasileira, nas suas características regionais, sociais, econômicas, políticas e ideológicas.

Enquanto isso, nos serões e nas palestras de varanda, pelas fazendas, pelas cidadezinhas do interior, e mesmo no aconchego de lares mais citadinos, sempre haverá uma voz a rememorar os velhos casos, as antigas histórias da linhagem de Dom Francisco. Entre todos avultará o mais ilustre dos Castello Branco, que um dia combateu na Itália pelo mundo livre, e que, na Presidência da República, almejou recolocar o Brasil no caminho da Liberdade e do Progresso.

Com respeito e nostalgia, evocando o brasão da família e o belo palácio de Brasília, as avózinhas haverão de concluir :

— Naquele tempo, havia um Leão no Planalto...

Goiânia, novembro de 1966



Composto e impresso

nas oficinas da

IMPrensa DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Rua 9 N.º 130 — Setor Oeste

Goiânia — Goiás

Brasil

1967